

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB  
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD  
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB  
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV  
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
  - 1.1 – Plenário
  - 1.2 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
  - 2.1 – Plenário
  - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Plenário
  - 3.2 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – PRONUNCIAMENTOS**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATAS**



## ATAS

### ATA DA 5ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/4/2018

#### Presidência do Deputado Bosco

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Ivair Nogueira – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Luiz Alexandre Brognaro Poni – Palavras do Presidente – Homenagem aos Funcionários do Verdemar – Encerramento.

#### Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Bosco – Ivair Nogueira.

#### Abertura

O presidente (deputado Bosco) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

#### Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

#### Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a rede de Supermercados Verdemar pelos 25 anos de sua fundação.

### Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Luiz Alexandre Brognaro Poni, diretor comercial do Supermercado Verdemar; Halisson Ferreira Moreira, diretor administrativo-financeiro do Supermercado Verdemar; Fernando Sette, diretor-geral do Ipem-MG; e deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

### Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

### Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo institucional do Supermercado Verdemar.

– Procede-se à exibição do vídeo.

### Palavras do Deputado Ivair Nogueira

Boa noite a todos. Quero cumprimentar, em primeiro lugar, o deputado Bosco, aqui representando o nosso presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, meu amigo Adalclever Lopes. Cumprimento o diretor comercial do Supermercado Verdemar, Alexandre Poni, assim como seu diretor administrativo-financeiro, Halisson Ferreira Moreira. Saúdo meu amigo diretor-geral do Ipem-MG, Fernando Sette; os familiares dos diretores; a esposa do Sr. Alexandre, Sra. Luciana Chiari Poni; os filhos Enzo Chiari Poni e Bernardo Chiari Poni; a esposa do Sr. Halisson Moreira, Sra. Carla Lima Oliveira; e minha esposa Leia Nogueira.

Cumprimento também a tia Dulce. Muitos de vocês não se lembram dessa pessoa muito especial, que é a tia Dulce. Ela está lá no fundo. Ela foi a Xuxa do passado; teve programa na televisão; foi pioneira nos programas da Itacolomi. Desde aquela época, ela fez história. Um dia, no gabinete, ela me procurou perguntando se poderia fazer um pedido para mim. Respondi que, claro, podia. Tia Dulce está comigo desde 1991, quando assumi a prefeitura de Betim. É uma história bonita: o Osvaldo Franco era prefeito e a havia chamado para trabalhar com ele. O Osvaldo, no dia da viagem, não pôde atendê-la e falou que ela voltasse no dia seguinte. No outro dia, o Osvaldo faleceu, morreu num acidente de avião. Ela voltou depois de uma semana e perguntou o que faria, já que o prefeito havia morrido. Falei que ela trabalharia comigo, que resgataríamos a palavra e o compromisso dele. Assim ela está comigo desde 1992. É uma pessoa fantástica, com uma bela história de vida e completará mais uma primavera amanhã. É uma funcionária exemplar. Devo meu sucesso à minha família, à minha esposa, aos amigos, aos correligionários e muito à tia Dulce.

Então ela veio me fazer um pedido: disse que conhecia um supermercado muito famoso; que já havia morado em frente à mãe de um dos proprietários, na Rua Santo Antônio do Monte. Essa mãe vendia frangos, que minha amiga comprava todos os finais de semana, aos domingos. E disse que estavam completando 25 anos. Perguntou se eu estudaria a possibilidade de homenageá-los. Perguntei qual era o supermercado, e ela respondeu que era o Verdemar. Falei que era o caminho da minha roça, que eu saía do meu apartamento, ia para a academia e passava no Verdemar do Diamond todos os dias, para levar pão, manteiga, enfim, os ingredientes do café.

Vejo aqui vários funcionários, e sei do carinho que eles têm com os clientes, o bom atendimento. Não é à toa que o supermercado está aí há 25 anos, comemorando bodas de prata, com esse grande sucesso. Adentrou o mercado mineiro com muita competência. Sempre achei que os donos do supermercado fossem pessoas mais idosas, mas vejo dois jovens empreendedores que acreditaram nesse mercado, que não é nada fácil. Todo mundo só vê o crescimento, não vê os tombos que as pessoas levam; não vê as dificuldades para enfrentar o dia a dia num país como o nosso, com altos impostos, o que tem dificultado muito a vida daqueles que querem empreender. Temos hoje um supermercado que gera 4.170 empregos, e, nos dias de hoje, emprego vale muito.

Antes de começar meu pronunciamento, queria dizer a vocês da honra que sinto em fazer essa homenagem simples nesta Casa, que é a Casa do povo. Nós a fazemos com o maior prazer, ainda mais para também atender a um pedido da tia Dulce. Fazemos

essa homenagem não só para atender ao pedido da tia Dulce, mas também pelo reconhecimento que temos. É muito bom fazer homenagem a quem merece. Aqui temos algo diferente de todas as outras homenagens: não há nenhuma banda de música, não há os cantos que às vezes os homenageados trazem. Todavia tem uma coisa muito mais grandiosa e especial, que é justamente a homenagem a 25 funcionários. Isso significa que o supermercado tem um carinho, uma tradição e considera seus funcionários como família. Eles integram a família, e muitas vezes isso faz o sucesso de uma grande empresa.

Quero agradecer a presença de cada um de vocês. Já saudei meu amigo Bosco, da nossa querida Araxá. É um deputado atuante, que tem representado muito, principalmente a cidade de Araxá e o Triângulo Mineiro. Esse deputado tem debatido questões importantes nesta Casa. O povo mineiro tem grande carinho por você, Bosco.

Sentimo-nos honrados pela sua presença no dia de hoje. Você ia para Araxá, mas fez questão de permanecer para presidir esta reunião, e agradeço-lhe de coração. Também agradeço ao nosso presidente, deputado Adalclever Lopes, a quem representa neste momento.

Quero saudar todos, em especial os sócios da Rede de Supermercados Verdemar, o Alexandre Poni e o Halisson Moreira e parabenizá-los pelo trabalho desenvolvido ao longo destes 25 anos, trazendo um pouco da cultura e da gastronomia dos mais diversos lugares do mundo para Belo Horizonte.

Hoje quero dedicar esta homenagem a essa rede que se tornou referência para os belo-horizontinos, principalmente quando falamos em atendimento diferenciado, variedade, sofisticação e *mix* de produtos de elevado padrão de qualidade e voltados até mesmo para a alta gastronomia.

A história do Verdemar, esse ícone do varejo brasileiro, é de sucesso, e a missão dos seus sócios e colaboradores é exatamente transformar uma compra de supermercado num ato de emoção, de prazer e diversão, oferecendo produtos variados e diferenciados, e sempre surpreendendo e superando as expectativas de cada um de seus clientes. É assim que vemos o Verdemar.

Com uma bela trajetória, a primeira loja foi inaugurada em 1993, no Bairro São Pedro. Ao longo dessa caminhada, o Verdemar, a despeito da crise que assola o nosso país, abriu cinco novas unidades no ano passado, hoje somando 13 lojas, com planejamento de expansão para novas lojas em 2018. Aliás, um dos sócios estava me contando ali que quando foram inaugurar essa primeira loja, no lugar havia uma padaria renomada, e o dono dessa padaria disse que aqueles meninos não iam durar três meses. Mas, na verdade, eles venceram o desafio, acreditaram e hoje estão completando bodas de prata. Só temos que elogiar, sobretudo em virtude do momento em que vivemos. Aliás, vejo o Verdemar crescendo cada dia mais e com produtos de qualidade, o que é importante num país como o nosso.

É essencial também ressaltar a importância do Verdemar como um gerador de emprego e renda. Existem aproximadamente 4.173 colaboradores que se dedicam para que a rede esteja na melhor posição de empório *gourmet* da cidade. Esses números não deixam de surpreender, já que são testemunhas do sucesso. O Verdemar é o segundo supermercado em faturamento por metro quadrado do Brasil, ficando atrás apenas do Zona Sul, do Rio de Janeiro, segundo a Associação Brasileira de Supermercados.

Para mim é muito gratificante fazer parte deste momento, como um dos parlamentares desta Casa que representa o povo de Minas Gerais, sobretudo destacando uma comemoração tão especial, as bodas de prata do Verdemar. Esta Casa tem a honra de recebê-los e saudá-los, e, como sempre, coloco o meu mandato à disposição de cada um dos senhores e das senhoras. A todos, o meu muito obrigado. Parabéns! Que Deus continue abençoando a família Verdemar para que cada vez mais ela traga mais progresso e gere mais empregos, sem perder essa qualidade e simplicidade que têm, como proprietários de um dos maiores supermercados do Brasil. Obrigado.

### Entrega de Placa

O locutor – Neste momento, o deputado Bosco, representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes, e o deputado Ivair Nogueira farão a entrega de placa alusiva a esta homenagem aos Srs. Alexandre Poni e Halisson Ferreira Moreira. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres (– Lê a placa:) “Fundado em 1993, o Verdemar é atualmente a maior referência em supermercados *premium* em Minas Gerais. Graças a seu atendimento diferenciado e sofisticado *mix* de produtos, com destaque para os importados e os de marca própria, a empresa ganhou rapidamente a admiração dos belo-horizontinos e elevou seus hábitos de consumo a um novo patamar. Hoje, a rede possui 10 lojas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, emprega mais de 3.300 profissionais e contribui significativamente para o incremento da economia no Estado. Por sua inegável importância no cotidiano dos cidadãos da capital, a Rede de Supermercados Verdemar, no aniversário de 25 anos de sua fundação, recebe justa homenagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais”.

– Procede-se à entrega da placa.

### Palavras do Sr. Luiz Alexandre Brognaro Poni

Boa noite a todos. É difícil não nos emocionarmos com a história e ao ver tantas pessoas, nesta plateia, que vêm nos acompanhando e com as quais continuamos a crescer. Na verdade, é justo que esta homenagem seja feita também a vocês, nossos funcionários e colaboradores, que nos permitem ter o Verdemar, uma empresa, de certa forma, tão adorada pelos belo-horizontinos.

Em primeiro lugar, quero saudar e agradecer muito a homenagem ao deputado Bosco, neste ato representando o presidente da Assembleia. Agradeço muito o empenho de V. Exa. e o fato de não ter ido para Araxá. Muito obrigado. Também agradeço ao deputado Ivair Nogueira a homenagem, sabendo que ela veio da tia Dulce, da Santo Antônio. É uma história. Aliás, muitos de nossos funcionários são jovens e não conhecem a sua história. A tia Dulce tinha um programa de televisão infantil, e por várias vezes estive na Assis Chateaubriand para participar desse programa infantil. A Xuxa nem existia. Havia a Pituchinha e o palhaço Rapadura. Era superlegal. Ela fez esse programa em Belo Horizonte. Obrigado pela lembrança. Essa senhora jovem me contou, e desculpem-me pela indiscrição, mas não posso deixar de falar que amanhã ela completará 82 anos. Muito obrigado.

Quero ainda saudar o Fernando Sette, diretor-geral do Ipem. Aliás, dizia ao deputado Ivair Nogueira que, logo que você assumiu o Ipem, eu fui lá para uma das primeiras reuniões que você fez. Acho que posso chamá-lo de você. Sou testemunha do seu trabalho nessa instituição pública, do seu envolvimento, das mudanças e do seu aprendizado. Naquela época, você falou que ainda estava aprendendo, e, outro dia, aqui estive para uma homenagem ao Ipem. Como presidente da Amis, posso falar do seu trabalho e empenho. Aliás, no ano passado, ele visitou todas as feiras regionais da Amis. O Fernando deu palestras aos supermercadistas do interior de Minas. Obrigado, Fernando, por se fazer presente.

Também não posso deixar de saudar o Halisson, meu sócio, por essa nossa trajetória de 25 anos. Começamos um negócio pequeno, e agora vemos as caras de várias de nossos funcionários que não são tão jovens e que estão esse tempo todo conosco. É muito gratificante ver essa história toda e recordar o nosso caminho. Como disse o deputado, hoje as pessoas veem o destaque do Verdemar, mas não conhecem toda a nossa história, as etapas pelas quais passamos e todas as dificuldades. Até hoje estamos aprendendo. Temos de aprender a ser empresários e a administrar essa quantidade de colaboradores, essas 4 mil pessoas. Não é fácil. Além de não ser fácil, é uma responsabilidade. A complexidade aumenta cada vez mais.

Graças a Deus, por um lado, fizemos um supermercado que não é um supermercado comum. É um supermercado que quer prestar serviços aos clientes e que se preocupa com o que vão comer. Estamos preocupados com a qualidade, e estou vendo a nossa equipe da qualidade aqui. O empenho é de todos e começa pelo cuidado das discussões em querer manter a qualidade e saber a temperatura certa dos caminhões que estão chegando e trazendo os alimentos que vamos servir no supermercado. Enfim, é uma complexidade de um Verdemar que ninguém imagina, principalmente quem está de fora. Sabemos quantos negócios existem dentro

do supermercado e quantas são as nossas preocupações. Em cada reunião, as discussões são vistas em detalhes, mas acho que tenho conseguido, aos poucos, passar essa nossa preocupação com os detalhes e com os diferenciais do Verdemar no dia a dia.

É uma verdadeira contaminação. As pessoas, quando começam a trabalhar no Verdemar, são contaminadas por essa vontade de servir cada vez melhor. Dessa forma, é importante ouvir e dar valor aos amigos e aos clientes sempre que os encontramos na rua ou em algum outro lugar. Tenho ouvido das pessoas que, quando elas procuram por algum produto no Verdemar, os funcionários as tratam de forma diferente. Eles levantam para nos servir e mostrar cada coisa em cada lugar. As pessoas se dizem até constrangidas porque os funcionários deixam o que estão fazendo para mostrar onde está o produto, com a maior presteza e com o maior sorriso. Esse é o nosso grande valor. Os jovens têm aprendido essa forma de agir com os mais velhos, e isso nos motiva muito. É motivante ver o envolvimento dos nossos superintendentes e da nossa equipe. Cada um trata o supermercado como se dele fosse. Como o deputado falou, o Verdemar é uma família, uma família dedicada à qualidade, ao atendimento e à felicidade dos nossos clientes. É muito gratificante ver esse comprometimento. Então, num dia como este e numa Casa como esta, receber esta homenagem é muito gratificante.

A Casa é política, esperamos que o Brasil melhore e contamos com esta Casa para nos ajudar. Como o senhor falou, abrimos muitas lojas no ano passado e precisamos que o Brasil cresça. Queremos um Brasil feliz, que evolua. Queremos a nossa economia de volta, para que possamos ser cada vez mais felizes. São 25 anos de história do Verdemar, e podemos dizer que já passamos por tudo, por todo tipo de questão e de negócios nas mais diversas situações em que se encontrava o País. Com sinceridade, acredito muito nessa mudança do Brasil. Esperamos poder gerar mais empregos e deixar os nossos clientes cada vez mais felizes.

Não posso sair daqui, como disse a tia Dulce, vizinha da minha mãe e da dona Didi, sem falar da minha mãe, que, este ano, faz 88 anos. Ela me ensinou a ser comerciante, com ela cresci e aprendi os valores do comércio. Ser comerciante não é para qualquer um. É para poucos. É pela dificuldade devido à responsabilidade. Ser empresário, ser comerciante, neste país, é ter muita resiliência. É apanhar e levantar. Isso tem que ser muito importante. Sem essa resiliência, não se progride, neste país, como empresário. Quase tudo parece vir contra a nossa vontade.

Somos seres humanos, vamos falhar e isso não acontece por querer. São falhas sem má intenção. Aliás, pelo contrário, é por querer fazer. Vocês são testemunhas da nossa vontade, dos nossos valores, da nossa ética, de querer acertar. Vocês sabem disso, como é para nós o valor do dia a dia. Não cometer erros, não ter críticas, não ter reclamações de clientes, mas somos falíveis! Esse dia a dia nosso é uma luta. É um aprendizado para todos. O Verdemar está crescendo e, graças a Deus, estamos conseguindo manter, graças a vocês, a nossa identidade, os nossos valores. Com as lojas novas, conseguimos transmitir isso, levar isso para as novas unidades. Quando visitamos uma loja, que abriu recentemente e mais distante da região em que sempre trabalhamos, percebemos os clientes vendo os valores, vendo o Verdemar se diferenciar. Temos que mostrar isso. Fazemos esse grande esforço.

Quero agradecer muito pela homenagem, deputado Ivair Nogueira. Muito obrigado, pela homenagem; obrigado pela presença. Obrigado a vocês pelo dia a dia. Muito obrigado pela dedicação de vocês. Gostaríamos de poder homenagear não só 25, mas 4 mil funcionários. Acho que esse ato de homenagear esses 25 funcionários é muito importante, pois sabemos que é uma trajetória feita por muitos, que ainda nos acompanham. É com muito prazer, com muita felicidade que recebo essa homenagem. A família Verdemar agradece! Muito obrigado.

### **Palavras do Presidente**

Boa noite a todas e a todos, aos telespectadores que nos acompanham por mais de 400 municípios mineiros, com a transmissão, ao vivo, da TV Assembleia. Inicialmente, saúdo os Srs. Alexandre Poni, diretor comercial do Supermercado Verdemar, e desde já o cumprimento em nome desta Casa, e Halisson Ferreira Moreira, diretor administrativo-financeiro do Supermercado Verdemar. É uma satisfação para o deputado Ivair Nogueira, para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, receber, nesta noite memorável, os senhores protagonistas dessa história aqui já contada e que é muito bonita.

Saúdo e agradeço a presença do Sr. Fernando Sette, diretor-geral do Ipem de Minas Gerais, muito obrigado. Saúdo, ainda, os familiares, a Luciana Poni, esposa do Sr. Alexandre Poni, e os filhos Enzo e Bernardo. O Enzo eu conheci, está logo ali na frente. O Bernardo está aqui? Ah, o Enzo está representando o Bernardo. Saúdo a esposa do Sr. Halisson Moreira, a Sra. Carla Lima Oliveira e os funcionários também protagonistas dessa história de 25 anos. Uns chegaram no início e outros depois, mas todos são importantes no contexto da construção dessa história. Saúdo Florinda de Carvalho e Andréa. E todas as mulheres funcionárias por meio da senhora, e também os homens funcionários, por meio do moço, que conheci agora, muito simpático e cuja história se confunde com a do Verdemar e vice-versa, Gedeão Barbosa dos Santos. Saúdo, ainda, a Sra. Leila Nogueira, esposa do Ivair Nogueira, nosso amigo e parceiro, na pessoa de quem cumprimento todas as mulheres presentes e as que nos assistem.

Deixei, por último, para fazer uma saudação especial a essa grande liderança não só da Assembleia dos mineiros, não só de Betim, mas de Minas Gerais. O deputado Ivair Nogueira é um exemplo a ser seguido em nossa política, principalmente nesse momento de turbulência, em que precisamos – inclusive eu que estou chegando há pouco, estou em meu segundo mandato – mirar algumas lideranças, alguns deputados, dentro desta Casa, para que possamos acertar mais e errar menos.

Confesso aos senhores e senhoras aqui homenageados, Alexandre, Halisson, que o deputado Ivair Nogueira é uma referência minha e nossa nesta Casa. Caro deputado Ivair Nogueira, é muito bom poder estar aqui presidindo esta reunião, que, por meio de indicação de V. Exa, acontece no dia de hoje. Estou grato em poder estar ao seu lado, sobretudo pela oportunidade de observar e copiar seus bons exemplos na Assembleia de Minas Gerais.

Antes de ler a mensagem do deputado Adalcleber Lopes, presidente da Assembleia, que não pôde estar aqui, em virtude de outro compromisso assumido que não conseguiu adiar ou cancelar, lembro que ele pediu que trouxéssemos seu abraço fraterno, sua mensagem e que manifestássemos a satisfação desta Casa em poder se tornar, nesta noite, palco de homenagem a um segmento tão importante na vida dos belo-horizontinos e de todos os mineiros, uma vez que todos, de todas as cidades e regiões, vêm ou passam pela capital mineira, por Belo Horizonte. Cada um deles que por aqui passa ou aqui vem sempre tem a oportunidade de conhecer um pouco da história e da qualidade dos produtos oferecidos pelo Verdemar.

São 25 anos de história, mas essa história não começou em 1993. Na realidade, Halisson e Alexandre, essa história iniciou, em 1990, na Faculdade Una, onde vocês cursavam administração. Com certeza, ali, iniciou-se esse sonho que, com as graças de Deus, com a força, com a crença de vocês, se tornou realidade, em 1993. Um sonho que se tornou realidade, gerando, num primeiro momento, apenas três empregos. Agora, no decorrer de 25 anos, somam mais de quatro mil empregos, mais de quatro mil colaboradores, que abraçaram, junto com o Halisson e com o Alexandre, essa missão, essa nobre missão de poder servir as outras pessoas.

Nesse instante, como já fiz referências aos funcionários, aos servidores do Verdemar, digo que tão importante quanto os diretores são vocês. São vocês que se tornam o cartão de visita de cada unidade do Verdemar. É no dia a dia que os clientes, que os fregueses se encontram com vocês, quer seja nas gôndolas, na padaria, no açougue, nos repositores, nos caixas, nos empacotadores. Vocês, diariamente, fazem acontecer o Verdemar.

Fico feliz, Alexandre e Halisson, e tenho certeza de que o coração do meu líder Ivair Nogueira está transbordando de alegria, porque essa é uma homenagem diferenciada. Nessa noite, Alexandre, Halisson e Ivair, esses dois grandes empresários mineiros poderiam ter deixado esse Plenário com as galerias repletas de outros amigos, de fornecedores, de todos os cantos de Minas e do Brasil, que, certamente, não recusariam um convite para estar aqui. Porém quiseram, Halisson, Alexandre e seus familiares, que estivessem, aqui, neste Plenário, juntamente com eles recebendo esta homenagem, os seus parceiros, seus colaboradores. Peço a vocês mesmos uma salva de palmas para vocês.

Fato interessante, caro Ivair Nogueira, ocorreu na segunda-feira, na minha querida cidade de Araxá, no Triângulo Mineiro, que Halisson e Alexandre conhecem, pois desde o início trazem produtos da região, inclusive o queijo da Serra do Salitre, do Cruzeiro



da Fortaleza e Brejo Bonito. Traziam em uma caminhonete e eles mesmos eram os carregadores e motoristas. Na última segunda-feira, depois de muita cobrança, resolvi procurar uma nutricionista para que eu pudesse ter a oportunidade de reeducar meu modo de alimentar até porque, pela aparência, preciso.

Fui ao consultório de uma médica nova, em Araxá, que se chama Cíntia. Ivair Nogueira, depois de muita conversa e de me examinar, essa doutora começou a fazer meu cardápio, um cardápio extenso de lanche da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar. Havia muitos alimentos que nunca experimentei, nunca arrisquei provar. Ela me perguntou se eu estava indo para Belo Horizonte, disse que era para eu vir despreocupado e começar a dieta no dia seguinte, na terça-feira.

E me disse: “Basta você ir ao Supermercado Verdemar, que eu conheço, vai encontrar tudo lá”. E foi verdade. Considerei superinteressante e, hoje, coincidentemente, aqui estamos.

Quero aqui, então, nesta oportunidade, em nome do deputado Adalclever Lopes, cumprimentar, mais uma vez, o deputado Ivair Nogueira e sua parceira, pessoa que realmente teve essa luz – e o Ivair teve a perspicácia de captá-la e fazer com que esta reunião acontecesse, fazendo justiça ao reconhecer empresários como esses dois, que fazem a diferença. Sempre acreditei, Halisson e Alexandre, que vencemos crises com trabalho, como vocês têm feito ao longo de 25 anos. Portanto, quero fazer aqui a breve leitura de uma mensagem do nosso presidente Adalclever Lopes. (- Lê:)

"Os Supermercados Verdemar, fundados há 25 anos, logo ocuparam um espaço importante na preferência e no reconhecimento do público belo-horizontino. Desde que Alexandre Poni e Halisson Moreira criaram a sociedade que transformaria hábitos de consumo dos mineiros, pela diversidade de produtos e pelo excelente atendimento, um tempo muito curto se passou.

O nome Verdemar veio da pequena mercearia que os sócios compraram no São Pedro, mantido para a rede de 13 lojas em Belo Horizonte e Nova Lima, esta considerada a mais sustentável da América Latina, gerando mais empregos por metro quadrado.

Moradores de outras cidades passaram a vir à capital com o único intuito de comprar produtos exclusivos, adquiridos de mais de 2 mil fornecedores e oriundos de quase 30 países e também da agricultura familiar. A empresa, modelo nacional de atuação no varejo, reflete a ousadia e a confiança de sua direção, que, em ano de plena crise, abriu recentemente cinco novas unidades.

Por esses motivos, a Assembleia Legislativa realiza esta homenagem, atenta à preferência de nossos consumidores, que têm no nome Verdemar uma razão para se sentirem, mais que bem atendidos, agradecidos e orgulhosos. Muito obrigado".

Viva o Verdemar, viva Minas Gerais!

### **Homenagem aos Funcionários do Verdemar**

O locutor – Neste momento, o diretor administrativo-financeiro do supermercado Verdemar, Halisson Ferreira Moreira, prestará uma homenagem aos funcionários mais antigos da empresa, em agradecimento pela sua dedicação e contribuição ao longo dos 25 anos do Verdemar. Faz parte também deste ato de homenagear os funcionários o Sr. Alexandre Poni. Para receber a homenagem, convidamos, cada um por sua vez, Adão Rosa Fernandes, Andréa Florinda de Carvalho, Carlos Henrique Torres Nascimento, Regina dos Santos Costa, Reinaldo Silva de Paula, Ronaldo Campos, Suze Sebastiana Fernandes Juliacci, Valéria Cristina da Silva Souza e Wanda Dias da Silva Pertence.

– Procede-se às homenagens.

O presidente – Mais uma vez, em nome desta Casa e, em especial, do autor do requerimento, deputado Ivair Nogueira, parabenizamos todos.

### **Encerramento**

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de quarta-feira, dia 2 de maio, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/4/2018**

Às 16h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Elismar Prado e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mails*, encaminhados pelo Fale com as Comissões, das Sras. Bruna Batista Lopes e Camila Batista da Costa, com questionamentos sobre a Lei nº 22.944, de 2018. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.561/2017, em turno único, do qual designou como relator o deputado Elismar Prado. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 5.501/2014 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Bosco, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.561/2017 (relator: deputado Elismar Prado) com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, votada em separado, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, cada um por sua vez, é aprovado o Requerimento nº 10.524/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.664/2018, do deputado Bosco, em que requer sejam encaminhados à Agência Nacional de Cinema – Ancine – pedido de providências para que suspenda os editais em vigor e promova rediscussão das regras atualmente propostas para o setor do audiovisual, bem como cópia do ofício assinado pelas principais entidades do audiovisual mineiro, com as reivindicações e questionamentos acerca das políticas públicas atualmente em vigor;

nº 11.665/2018, do deputado Bosco, em que requer seja realizada audiência pública para discutir o financiamento do audiovisual em Minas Gerais e as recentes mudanças nos editais da Agência Nacional de Cinema – Ancine.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2018.

Bosco, presidente – Anselmo José Domingos – Celinho do Sinttrocel.

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/4/2018**

Às 10h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Hely Tarquínio, Sargento Rodrigues e João Leite (substituindo o deputado Bonifácio Mourão, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Marcus Vinicius Polignano, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, publicado no Diário do Legislativo de 5/4/2018. A presidência determina a anexação do documento ao respectivo projeto. Às 10h37min, o presidente, deputado Leonídio Bouças, suspende a reunião. Às 10h58min, a reunião é reaberta e se registra a presença do deputado Antonio Carlos Arantes. Em seguida, retira-se o deputado Hely Tarquínio. A presidência encerra a reunião por falta de quórum.

Sala das Comissões, 25 de abril de 2018.



Leonídio Bouças, presidente – Hely Tarquínio – Durval Ângelo – Sargento Rodrigues – Isauro Calais – Bonifácio Mourão.

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª  
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/4/2018**

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Cássio Soares, Carlos Henrique e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mails* da Sra. Ruth Barros Pettersen da Costa, perguntando quais as atividades de controle externo ou de fiscalização realizadas pela comissão e pela Assembleia Legislativa; e dos Srs. Thiago Henrique Torres Alvares, solicitando informações sobre a última prestação de contas anual do governador do Estado julgada pela ALMG; Benedito Santana Filho, expondo as dificuldades que as empresas estão enfrentando com o alto valor dos impostos; Luiz Carlos, solicitando informações sobre o ajuste Sinief 20/2016; Rodrigo, reclamando do alto valor da taxa de licenciamento de veículos; Márcio Almeida, solicitando informações sobre a lei de dispõe sobre a isenção de IPVA para veículos acima de 30 anos de uso; Taylor Carvalho, solicitando informações sobre a lei que dispõe sobre a isenção de IPVA para veículos acima de 10 anos de uso; e José Olímpio Pereira de Melo, solicitando análise da possibilidade de ampliação da lei que isenta de ICMS e IPVA a aquisição de veículos novos automotores para pessoas com deficiência física e mental. O presidente acusa o recebimento dos Projetos de Lei nºs 4.276, 4.872 e 4.873/2017 e 4.931/2018, todos no 1º turno, dos quais designou como relator o deputado Ulysses Gomes. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.388/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública, e com a Emenda nº 3 (relator: deputado Cássio Soares). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 2.111 e 2.954/2015, ambos no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Ivair Nogueira. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2018.

Cássio Soares, presidente – Carlos Henrique – Ivair Nogueira – Ulysses Gomes.

 **ORDENS DO DIA**

**ORDEM DO DIA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,  
EM 3/5/2018**

**1ª Parte**

**1ª Fase (Expediente)**

**(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)**

**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

**2ª Fase****(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.871, que institui as carreiras de Técnico da Defensoria Pública e Analista da Defensoria Pública e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.882, que altera as Leis nºs 4.747, de 9 de maio de 1968; 5.960, de 1º de agosto de 1972; 6.763, de 26 de dezembro de 1975; 11.363, de 29 de dezembro de 1993; 14.699, de 6 de agosto de 2003; 14.937, de 23 de dezembro de 2003; 14.940, de 29 de dezembro de 2003; 14.941, de 29 de dezembro de 2003; 15.424, de 30 de dezembro de 2004; 15.464, de 13 de janeiro de 2005; 19.976, de 27 de dezembro de 2011; 20.922, de 16 de outubro de 2013; 21.735, de 3 de agosto de 2015; 21.972, de 21 de janeiro de 2016; 22.257, de 27 de julho de 2016; 22.437, de 21 de dezembro de 2016, e 22.549, de 30 de junho de 2017, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 153, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 138, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre a licença para tratamento de saúde dos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.733, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de acompanhamento psicossocial das famílias das vítimas de calamidades públicas no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.752, que altera o art. 5º-A da Lei nº 15.962, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a concessão de reajuste nos vencimentos básicos das categorias que menciona, estabelece as tabelas de vencimento básico dos policiais civis e militares, altera as Leis nºs 11.830, de 6 de julho de 1995, e 14.695, de 30 de julho de 2003, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.761, que modifica a Lei nº 14.486, de 9 de dezembro de 2002, que disciplina o uso de celulares em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.762, que determina a adoção de medidas para assegurar a autenticidade das informações veiculadas nos sites governamentais e a segurança nas transações realizadas em meio eletrônico entre os órgãos e entidades da administração pública do Estado e os cidadãos. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.763, que altera a Lei nº 14.235, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimento bancário. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.765, que altera a Lei nº 13.768, de 1º de dezembro de 2000, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão público ou entidade sob controle direto ou indireto do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.820, que altera a Lei nº 20.608, de 7 de janeiro de 2013, que institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.848, que dá denominação ao próprio público que sedia o Ministério Público do Estado no Município de Ouro Fino. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.856, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.861, que dispõe sobre o porte de arma de fogo pelo Agente de Segurança Socioeducativo de que trata a Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.863, que proíbe a utilização, no Estado, de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de perfumes e produtos cosméticos e de higiene pessoal e seus componentes. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.865, que altera a Lei nº 10.545, de 13 de dezembro de 1991, que dispõe sobre produção, comercialização e uso de agrotóxico e afins. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.867, que dispõe sobre a inserção de mensagem educativa em cardápios, lista de preços e material promocional de estabelecimentos que comercializem bebida alcoólica para consumo imediato. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.874, que institui o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.880, que dispõe sobre as ações de manutenção de estradas e rodovias no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

### **3ª Fase**

Pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 3/5/2018**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n.ºs 10.407/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, e 10.678 e 10.679/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 3/5/2018**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 3 de maio de 2018, destinada à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Paulo Cesar de Souza Rangel.

Palácio da Inconfidência, 2 de maio de 2018.

Adalclever Lopes, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Hely Tarquínio, Bonifácio Mourão, Durval Ângelo, Isauro Calais, Luiz Humberto Carneiro e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/5/2018, às 14h20min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Proposta de Emenda à Constituição n.º 49/2018, do deputado Rogério Correia e outros, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2018.

Leonídio Bouças, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cabo Júlio, Fábio Cherem, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/5/2018, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente.



## PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.872/2017

## Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

## Relatório

De autoria do procurador-geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, o projeto de lei em tela fixa o percentual, relativo ao ano de 2017, para revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com a Emenda nº 1, que apresentou. Em seguida, foi encaminhada à Comissão de Administração Pública, que opinou por sua aprovação, ratificando o entendimento da comissão que a antecedeu.

Vem, agora, o projeto a esta comissão para receber parecer quanto aos aspectos financeiro e orçamentário, em conformidade com o art. 188, combinado com o art. 102, inciso VII, "d", do Regimento Interno.

## Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe tem por objetivo efetuar a revisão anual, retroativa a maio de 2017, dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – mediante a aplicação do índice de 4,08% (quatro vírgula oito por cento), nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição da República.

Em virtude da aplicação desse índice, o padrão inicial da tabela de escalonamento vertical de vencimentos passa a ser de R\$1.201,10 (um mil, duzentos e um reais e dez centavos). Destaca-se que a mencionada revisão não se aplica ao servidor inativo cujos proventos tenham sido calculados nos termos dos §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal e sejam reajustados na forma prevista do § 8º do mesmo artigo. Assim, a medida proposta só se aplica aos servidores ativos e aos aposentados que têm direito à paridade.

Primeiramente, a proposição foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, que ressaltou que “o Ministério Público possui autonomia na definição do índice de reajuste e da data-base para a revisão dos seus vencimentos e proventos, não se vinculando aos que forem legalmente fixados para os servidores de outros Poderes do ente federativo”. A comissão opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou com a finalidade de suprimir o dispositivo que determina que as despesas decorrentes da revisão “correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério Público do Estado”, por julgá-lo desnecessário.

A Comissão de Administração Pública, por sua vez, ratificou o entendimento da comissão que a antecedeu e opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça. Salientou que a medida proposta não é um “aumento efetivo, mas, sim, de mera recomposição remuneratória em face das perdas inflacionárias, em cumprimento do disposto no art. 37, X, da Constituição da República”.

No que tange à análise do aspecto financeiro e orçamentário, competência desta comissão, cabe destacar que o projeto em tela implica criação de despesas de pessoal para o erário. No ofício nº 9/2017, que encaminhou a proposta a esta Casa, consta a projeção do impacto orçamentário e financeiro referente ao pessoal ativo no valor de R\$ 20.944.000,00 (vinte milhões novecentos e quarenta e quatro mil reais).

De acordo com inciso II do art. 16, combinado com o § 6º do art. 17, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF –, os atos que acarretarem aumento da despesa por meio de revisão geral anual de vencimentos e proventos deverão ser acompanhados da declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA – e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias

– LDO. Tal exigência foi cumprida por intermédio de declaração encaminhada à Assembleia em 6 de fevereiro de 2018, em que o procurador-geral de Justiça assegura essas condições.

Destaque-se que a proposição em tela atende também ao disposto no art. 169, II, da Constituição Federal, que vincula a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração a autorização específica na LDO, que já concede essa autorização em seu art. 14.

Em razão do art. 169, § 1º, I, da Constituição da República, a aplicação da proposta em análise está condicionada à existência de dotação orçamentária suficiente para atender às despesas dela decorrentes.

Cabe ainda informar que o Relatório de Gestão Fiscal – RGF – publicado pelo MPMG em 31/1/2018, demonstra que as despesas com pessoal do referido órgão concernentes ao 3º quadrimestre de 2017 se encontram em 1,87%, portanto abaixo do limite prudencial de 1,9%.

Por fim, o Estado deverá observar o cumprimento da limitação das despesas primárias no exercício de 2018, entre as quais estão incluídas as despesas com pessoal. Esta limitação foi estabelecida no âmbito da Lei Complementar Federal nº 156, de 2016, que permitiu o aumento do prazo para o pagamento da dívida dos Estados com a União em 20 anos e autorizou a redução extraordinária das prestações.

#### **Conclusão**

Em face do exposto, somos pela aprovação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.872/2017, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2018.

Cássio Soares, presidente – Ulysses Gomes, relator – Carlos Henrique – Ivair Nogueira.

### **PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.873/2017**

#### **Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

#### **Relatório**

De autoria do presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, o projeto de lei em tela “concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, referente à data-base de 2017, e dá outras providências”.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com a Emenda nº 1, que apresentou. Em seguida, foi encaminhada à Comissão de Administração Pública, que ratificou o entendimento da comissão que a antecedeu.

Vem, agora, o projeto a esta comissão para receber parecer quanto aos aspectos financeiro e orçamentário, em conformidade com o art. 188, combinado com o art. 102, inciso VII, "d", do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O projeto de lei em exame propõe a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais de 3,2% (três vírgula dois por cento), retroativa a maio de 2017, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição da República. Em decorrência da medida proposta, o valor do padrão PJ-01 da Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos constante no item "b" do Anexo X da Lei nº 13.467, de 12 de janeiro de 2000, passará a ser de R\$ 1.166,04 (hum mil cento e sessenta e seis reais e quatro centavos) a partir de 1º de maio de 2017.



Segundo a proposição, não farão jus à revisão os servidores inativos cujos proventos tenham sido calculados nos termos dos §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição da República e sejam reajustados na forma prevista no § 8º do mesmo artigo, bem como os servidores de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 100, de 2007.

Em sua análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça não vislumbrou óbices à tramitação da proposição, uma vez que “há reserva de iniciativa do Tribunal de Justiça para deflagrar o processo legislativo sobre a matéria, nos termos do art. 66, IV, ‘a’, da Constituição Estadual”. Não obstante, apresentou a Emenda nº 1, com o objetivo de suprimir o art. 3º da proposição por entender que o dispositivo constitui consequência lógica da aplicação do reajuste proposto no *caput* do art. 1º.

A Comissão de Administração Pública, pronunciando-se sobre o mérito da matéria, observou que “a revisão anual dos vencimentos dos servidores constitui uma luta histórica dos servidores públicos estaduais e já está previsto no ordenamento jurídico vigente”. Destacou ainda que “a proposição, além de conferir efetividade aos comandos constitucionais, valoriza os servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ao aperfeiçoar o seu regime remuneratório, propiciando, assim, maior eficiência ao setor público”. Ao final, ratificou o entendimento da comissão que a antecedeu.

No que tange à análise do aspecto financeiro e orçamentário, competência desta comissão, cabe destacar que o projeto em tela implica criação de despesas de pessoal para o erário.

Nesse contexto, de acordo com inciso II do art. 16, combinado com o § 6º do art. 17, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF –, os atos que acarretarem aumento da despesa por meio de revisão geral anual deverão ser acompanhados da declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA – e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Tal declaração foi encaminhada a esta Casa por meio do Ofício nº 69, de 7 de fevereiro de 2018, em que o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG – assegura essas condições. Informa ainda que há margem fiscal para a concessão da revisão anual dos vencimentos e proventos.

Destaque-se que a proposição em tela atende também ao disposto no art. 169, II, da Constituição Federal, que vincula a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração a autorização específica na LDO, que já concede essa autorização em seu art. 14.

Ademais, em razão do art. 169, § 1º, I, da Constituição da República, a aplicação da proposta em análise está condicionada à existência de dotação orçamentária suficiente para atender às despesas dela decorrentes.

Cabe informar que o Relatório de Gestão Fiscal – RGF – do TJMG publicado em 30/1/2018, demonstra que as despesas com pessoal do referido órgão concernentes ao 3º quadrimestre de 2017 se encontram em 5,28%, portanto abaixo do limite prudencial de 5,61%.

Da mesma forma, de acordo com o RGF disponível no *site* do Tribunal de Justiça Militar, as despesas com pessoal daquele tribunal referentes ao período de janeiro de 2017 a dezembro de 2017 corresponderam a 0,0571% da RCL, abaixo do limite prudencial de 0,0855%.

Por fim, o Estado deverá observar o cumprimento da limitação das despesas primárias no exercício de 2018, entre as quais estão incluídas as despesas com pessoal. Esta limitação foi estabelecida no âmbito da Lei Complementar Federal nº 156, de 2016, que permitiu o aumento do prazo para o pagamento da dívida dos Estados com a União em 20 anos e autorizou a redução extraordinária das prestações.

### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.873/2017, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2018.

Cássio Soares, presidente – Ulysses Gomes, relator – Carlos Henrique – Ivair Nogueira.

## PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.931/2018

### Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

#### Relatório

De autoria do presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado para o exercício de 2018.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº1 que apresentou. Em seguida, foi a matéria encaminhada à Comissão de Administração Pública, que, em análise de mérito, opinou por sua aprovação com a Emenda nº1 apresentada pela Comissão que a precedeu.

Vem, agora, o projeto a esta comissão para receber parecer quanto aos aspectos financeiro e orçamentário, em conformidade com o art. 188, combinado com o art. 102, inciso VII, "d", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O projeto de lei em análise, de autoria do presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG –, prevê a revisão anual dos vencimentos e proventos de seus servidores para o exercício de 2018. Em seu art. 1º, a proposição determina a aplicação do índice de 2,95%, nos termos do inciso X do art. 37 da Constituição da República.

Assim, o valor do padrão TC-01, da Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimento dos Cargos dos Serviços Auxiliares da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado, constante do Anexo V da Lei nº 13.770, de 06 de dezembro de 2000, passa a ser de R\$1.060,74 (hum mil e sessenta reais e setenta e quatro centavos), a partir de 1º de janeiro de 2018.

No ofício que encaminha a matéria, o presidente da referida corte, informa que o reajuste será aplicado ao vencimento dos cargos dos serviços auxiliares da Secretaria do Tribunal de Contas e aos cargos de provimento em comissão existentes na sua estrutura organizacional, na forma do Anexo I da Lei Estadual nº 19.572, de 10 de agosto de 2011, mas não alcançam, os conselheiros, conselheiros substitutos e procuradores do Ministério Público junto ao TCEMG, que são remunerados pelo sistema de subsídio.

Ressalta ainda a exclusão dos servidores inativos cujos proventos tenham sido calculados nos termos dos §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição da República e daqueles a que se refere o art. 9º da Lei Complementar nº 100, de 5/11/2007, pois a eles são aplicadas as regras do Regime Geral de Previdência Social.

A Comissão de Constituição e Justiça – CCJ – não detectou óbices de natureza jurídico-constitucional à normal tramitação do projeto, visto “que há reserva de iniciativa do Tribunal de Contas para deflagrar o processo legislativo sobre a matéria, nos termos do art. 66, II, da Constituição Estadual”.

Entretanto, para adequar o texto a melhor técnica legislativa, apresentou a Emenda nº 1, que visa suprimir o art. 5º do referido projeto por considerar que se trata de consequência lógica da aplicação do reajuste proposto no *caput* do art. 1º.

Em sua análise, a Comissão de Administração Pública considerou a proposta meritória, visto que “a proposição, além de conferir efetividade ao comando constitucional, valoriza os servidores do Tribunal de Contas, ao aperfeiçoar o seu regime remuneratório, propiciando, assim, maior eficiência ao setor público.”

No que tange à análise do aspecto financeiro e orçamentário, competência desta comissão, cabe destacar que o projeto em tela implica a criação de despesas de caráter continuado para o erário, o que o condiciona, portanto, ao cumprimento das normas que disciplinam a matéria financeira e orçamentária.

Segundo o inciso II do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF –, a geração de despesas será acompanhada de declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. O § 1º do art. 17 da mesma lei estabelece que os atos que criarem ou aumentarem despesa de caráter continuado, como é o caso das despesas com pessoal, deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio. Porém, o § 6º do referido artigo excepciona o reajustamento de remuneração de pessoal, de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição da República, do cumprimento dessa exigência.

O art. 20, II, “a”, da LRF, por sua vez, estabelece que a despesa total com pessoal do Poder Legislativo, na qual se incluem as despesas do TCEMG, não poderá exceder o percentual de 3% da Receita Corrente Líquida – RCL.

Cabe informar que o § 1º do art. 20 da LRF prevê que, nos Poderes Legislativos e Judiciários de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da RCL, verificadas nos três exercícios financeiros anteriores à publicação da citada lei, ocorrida em 4/5/2000. De acordo com os cálculos realizados à época, o limite da despesa total com pessoal do TCEMG foi fixado em 0,7728% da RCL, com limite prudencial de 0,7342% da RCL. Entretanto, decisão conjunta da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas de 3/12/2013 alterou este índice para 1% para a despesa com pessoal.

Segundo o presidente do TCEMG, a despesa com a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores, que ora se propõe, tem um impacto estimado de R\$17.652.000,00 (dezesete milhões seiscentos e cinquenta e dois mil reais), o que corresponde a R\$ 631.544.085,90 (seiscentos e trinta e um milhões quinhentos e quarenta e quatro mil oitenta e cinco reais e noventa centavos) para o ano de 2018, valor que, em termos percentuais, corresponde a 0,8225% do limite de 1% para a despesa com pessoal, estabelecido na decisão conjunta anteriormente mencionada.

Ressalta-se que o art. 22 da LRF exclui a revisão geral anual dos vencimentos e proventos da observância dos limites estabelecidos para o gasto com pessoal.

Lembramos também que, por força do art. 169, § 1º, I, da Constituição da República, a aplicação da proposta em apreço está condicionada à existência de dotação orçamentária suficiente para atender às despesas dela decorrentes e ser compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nesse sentido, o Tribunal de Contas informa, em sua exposição de motivos, que todas as exigências supracitadas decorrentes da implementação do projeto ora encaminhado estão sendo cumpridas.

Por fim, o Estado deverá observar o cumprimento da limitação das despesas primárias no exercício de 2018, entre as quais estão incluídas as despesas com pessoal. Esta limitação foi estabelecida no âmbito da Lei Complementar Federal nº 156, de 2016, que permitiu o aumento do prazo para o pagamento da dívida dos Estados com a União em 20 anos e autorizou a redução extraordinária das prestações.

### **Conclusão**

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.931/2018, com a Emenda nº 1 apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2018.

Cássio Soares, presidente – Ulysses Gomes, relator – Carlos Henrique – Ivair Nogueira.



## PRONUNCIAMENTOS

**DISCURSOS PROFERIDOS NA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/4/2018**

O deputado Gustavo Valadares\* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, gostaria de iniciar meu pronunciamento perguntando aos senhores se se lembram, deputado Bonifácio Mourão, do que aconteceu no dia 25 de outubro de 2017. Esse foi o dia em que aquela escola em Janaúba pegou fogo e em que conhecemos a figura de uma heroína, Helley de Abreu Batista. Pois bem, deputado Dilzon Melo, passados alguns meses daquela tragédia, tivemos, no último sábado, a maior comenda oferecida pelo governo do Estado a pessoas que já contribuíram para engrandecer a história deste incrível Estado de Minas Gerais: a Medalha da Inconfidência. Historicamente, há muitas décadas, essa cerimônia é realizada na praça principal do Município de Ouro Preto, em praça pública. Pois bem, não só o Sr. Governador inaugurou um novo modelo para essa homenagem, retirando-a de uma praça pública para um centro de convenções, algo inédito na sua história, mas o Sr. Governador também resolveu dar a principal e maior comenda que temos no Estado a outras figuras que, em absolutamente nada, contribuíram para engrandecer a história do nosso estado, em detrimento de homenagear a Profa. Helley de Abreu Batista, aquela mesma que salvou inúmeras crianças antes de falecer naquele incêndio em uma escola no Município de Janaúba.

O Sr. Governador resolveu homenagear, no último dia 21 de abril, um diretor do Movimento dos Sem-Terra, Sr. Sílvio Neto, que foi o principal articulador e responsável pelo vandalismo ocorrido há cerca de 15, 20 dias em um prédio, a um quarteirão daqui da Assembleia Legislativa, onde tem residência a Sra. Ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal. Não bastasse o Sr. Governador não ter dado uma palavra em repúdio ao vandalismo ocorrido no prédio onde tem residência a presidente do Supremo, ele resolve, duas semanas depois, homenagear um diretor do movimento responsável por aquele ato de vandalismo, em detrimento de uma professora que salvou inúmeras vidas de crianças no Norte de Minas, mais especificamente em Janaúba. Poderão os petistas mais exaltados virem a esses microfones espalhados pelo Plenário dizer que ela foi, sim, homenageada, no ano passado, com a Medalha Santos Dumont. Não recebeu a Sra. Helley Abreu Batista a principal comenda de Minas, a Medalha da Inconfidência. Não recebeu. É provável que o Sr. Governador ache que não deve, não tem tanta importância quanto o ato de vandalismo acontecido no prédio da presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia. Esse, sim, é um ato de heroísmo provável na cabeça do Sr. Governador; esse, sim, é um ato que engrandece Minas Gerais na pessoa do Sr. Governador. Ou vão vir aqui negar que foi o Movimento dos sem Terra que provocou o vandalismo? Temos vídeos, fotos que comprovam que o ato foi, todo ele, realizado, idealizado pelo Movimento dos sem Terra.

Foram três ônibus de vândalos. Então, o Sr. Governador pega a principal comenda de Minas, duas semanas depois, e a concede a um diretor desse movimento. Para piorar e não satisfeito – vou conceder-lhe aparte, deputado Durval Ângelo –, resolveu homenagear a viúva da vereadora Marielle Franco.

Eu, assim como os deputados João Leite e Sargento Rodrigues e tantos outros, ficamos, obviamente, muito chateados com o que aconteceu com a vereadora no Rio de Janeiro. Algo trágico, que nos trouxe vergonha pelo momento por que o País passa, algo que se transformou numa notícia mundial e que precisa ser esclarecido, levado a fundo, até que os responsáveis sejam presos e punidos. Mas daí a homenagear a ex-vereadora morta com a principal comenda de Minas Gerais? Por qual razão? Deixamos de fora uma professora, uma heroína que salvou inúmeras vidas de crianças no Norte de Minas, em Janaúba, para homenagear um diretor do Movimento dos sem Terra, que provocou o ato de vandalismo no prédio da presidente do Supremo Tribunal Federal. E, em detrimento também dessa professora e heroína, resolvemos homenagear uma vereadora que foi, sim, assassinada, mas que em absolutamente nada contribuiu para a história de Minas.

De forma muito franca e clara, sou solidário com a família da vereadora, com seus eleitores, com o Rio de Janeiro, com os brasileiros pelo fato acontecido; mas daí a trazer aqui sua viúva para receber uma homenagem, inclusive com a bandeira dos sem-

terra, com o braço levantado... Tenho certeza de que esse não é o sentimento da corrente majoritária dos mineiros, não é esse o sentimento.

Vou conceder um aparte ao deputado Durval Ângelo, que pode trazer, e espero que o faça, alguma explicação para acalmar o meu coração, porque estou, deputado, preocupadíssimo com os rumos que demonstrações como essas, simbolismos como esses do último sábado dão a entender à população de Minas.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)\* – Deputado Gustavo Valadares, com todo o respeito e consideração, talvez V. Exa. não saiba, mas no dia 24 de outubro, após a tragédia de Janaúba, aconteceu a solenidade da entrega da Medalha Santos Dumont. Essa solenidade ocorreu em uma terça-feira, na Fazenda Cabangu, em Santos Dumont. Quero dizer que o governo prestou homenagem a mais de 20 pessoas ligadas àquela tragédia da creche. A Prof. Helley de Abreu, que faleceu pela bravura na defesa das crianças, foi homenageada em memória no Grau Ouro, e seus familiares lá estavam. O Centro Municipal de Educação Gente Inocente também foi homenageado no Grau Ouro, e lá foi representado pela diretora, Aline Cristina Mendes Santos. Foram ainda homenageados o médico André Leonardo Silveira Mendes, a enfermeira Letícia Mendes, o 3º-Sgt. Wyclefson Lopes Teixeira e o Sd. Gilberto Rômulo Dias. Ouçam as palavras do viúvo da Prof. Helley, Luiz Carlos Batista. Ele diz assim: “A homenagem é um conforto. A gente fica confortado e comovido em receber essa honraria do governo de Minas, porque significa o reconhecimento do ato de bravura que Helley teve naquele momento. A ação da Helley impediu que muitas crianças fossem mortas. O exemplo dela serve para o mundo.” E ele agradece ao governador o recebimento. Então acho que o governo prestou no momento devido a homenagem. E lá, recebendo em nome da Marielle, que é um símbolo mundial hoje da luta pelos direitos humanos, foi também a sua viúva, e não temos nenhum tipo de preconceito com isso.

O deputado Gustavo Valadares\* – Nenhum, estamos tranquilos.

O deputado Durval Ângelo\* – Sei disso. E o Silvinho, do MST, que é um movimento combativo... Eu e o deputado João Leite muitas vezes recebemos movimentos dos sem-terra, como a Liga dos Camponeses Pobres, com o Gerson, os companheiros do MST, o procurador Afonso Henriques. Acho que isso é pluralidade. A Associação de Criadores de Zebu de Minas Gerais também recebeu a medalha. Se eles receberam, por que não o MST? São movimentos reais, que existem. O governador faz justiça nesse sentido.

Mas aqui é o local do debate. V. Exa. está certo. De qualquer maneira, com todo o respeito e consideração, quero discordar.

O deputado Gustavo Valadares\* – Respeito o posicionamento de V. Exa., apesar de não concordar e vou lhe dizer por quê. De uma maneira bem didática, não querendo dizer que V. Exa. não entenderia de outra forma, mas para que todos entendam: sou atleticano. O deputado Bosco é cruzeirense, aliás, ele é atleticano. O deputado Nozinho é cruzeirense. O deputado Sargento Rodrigues é cruzeirense. Vamos pegar o caso do Atlético. Se o Atlético vencer o Campeonato Mineiro, ele não está proibido de ganhar o Brasileiro, muito menos de ganhar a Libertadores, o Mundial. Um prêmio, uma condecoração, não o impede de receber outra. Eu mesmo tenho a Medalha Santos Dumont, recebida na Fazenda Cabangu, no ano em que o deputado Luiz Humberto a recebeu também. Mas uma coisa não pode inviabilizar a outra.

O que estou trazendo a esta tribuna é o juízo de valor, aquilo que vale hoje para o governador. Apesar de respeitar a opinião de V. Exa., penso que esse movimento que ocorre há 15 dias em absolutamente nada defende os sem-terra, aqueles que, realmente, não têm terra. Há 15 dias eles promoveram um dos atos mais vergonhosos da história do nosso estado. Para quem não sabe, basta andar um quarteirão em frente à Assembleia, naquele sentido, para ver que, até hoje, o prédio onde a presidente do STF tem residência está completamente sujo, imundo de tinta, com vidraças quebradas, que são as marcas do ato de vandalismo, realizado e idealizado pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra. Depois de 15 dias desse ato de vandalismo, o governador concede uma homenagem, a principal homenagem de Minas a um dos seus diretores e não a essa que foi, pelo menos na história recente de Minas, a nossa grande heroína: a Profª. Helley de Abreu Batista, do Município de Janaúba. O fato de ela ter recebido a Medalha Santos Dumont não pode

inviabilizar o recebimento de outra, até porque merece e mereceria homenagens diárias. O governo do Estado tem inúmeras homenagens que concede ao longo do ano, como as Medalhas da Inconfidência e Santos Dumont. Temos aqui a Medalha do Mérito Legislativo concedida a cada dois anos. Enfim, são várias as medalhas. Ela tem de receber todas. Devemos, inclusive – por que não? – criar uma medalha em nome dela.

Vejam a que ponto chegamos. O governador entrega a principal comenda de Minas ao diretor de um movimento que 15 dias antes provocou o maior ato de vandalismo realizado contra um civil em Minas Gerais, contra um prédio onde tem residência a presidente do STF. Além de não dar uma palavra depois do ato de vandalismo, porque ele sequer deu uma palavra contrariamente ao ato, resolveu dar a principal comenda do Estado a um dos diretores do movimento que criou aquilo tudo, que provocou aquele ato. Esse juízo de valor é que não entendo. Não só por isso, mas também por isso estou envergonhado do governador que temos em Minas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues\* – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Prof. Bonifácio Mourão, muito tem se comentado que o governador Flávio Dino, do PCdoB, do Nordeste afora, tem utilizado a Polícia Militar para monitorar os seus adversários políticos naquele estado e identificar quem são os opositores daquele governo. Quando tomei conhecimento dessa notícia, deputado João Leite, veio-me o dever de fazer um registro da tribuna desta Casa.

(– Lê:) A polícia política de Pimentel. Prezados amigos e amigas da Polícia Militar de Minas Gerais, hoje resolvi escrever um pouco sobre o que vem ocorrendo nos bastidores da estrutura da segurança pública de Minas. Desde logo, antecipo que o farei dando enfoque especial às engrenagens da Polícia Militar de Minas Gerais. O governo do PT, ao assumir o comando do Estado, cometeu uma série de erros e equívocos, nomeando para os cargos de primeiro escalão das polícias pessoas completamente despreparadas do ponto de vista profissional, um monte de bajuladores, puxa-sacos; como sempre, para não fugir à regra, os incompetentes se mantêm no cargo através das bajulações. No caso específico da Polícia Militar de Minas Gerais, em toda a sua história, nunca assistimos a um estrago tamanho feito por um governo em tão pouco tempo.

A Polícia Militar de Minas Gerais, instituição mais antiga e respeitada de todas as polícias militares do País, passa por um dos períodos mais negros de toda a sua história. A dupla de coronéis escalados para comandar a instituição, durante a atual gestão de Fernando Pimentel, do PT, está conseguindo, a cada dia, destruir um pouco mais da nossa gloriosa Polícia Militar. O alinhamento ideológico-partidário do atual comando com a política de Pimentel é o que mais nos assusta e preocupa. Que todo comando-geral da instituição é governo, isso é fato. Mas, quando se tem comandante-geral de verdade, aquilo que precisa ser dito ao governador é dito pelo comandante-geral da PM assim: “Até aqui, governador, podemos ir. Daqui em diante, não posso, sob pena de comprometer a tropa que comando, da qual tenho o dever legal de ser o líder maior e, acima de tudo, cujos destinos tenho o dever moral de conduzir”. Essa deveria ser a postura daqueles que ocupam a cadeira de comandante-geral da PM e do chefe do Estado-Maior. Mas, o que vem ocorrendo em Minas, desde janeiro de 2015, é exatamente o contrário. A instituição vem sendo usada para atender às questões pessoais de seus comandantes; dar cargos para atender os seus parentes e amigos, cargos para o atual momento e também para depois que deixarem o cargo de comandante-geral. Cito o exemplo do Cel. Bianchini, comandante-geral da PMMG, de 2015 a 2016, que hoje recebe polpudos jetons do Conselho da Cemig.

O Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini tomou posse no cargo de comandante-geral logo que Fernando Pimentel iniciou o seu mandato. Sua primeira estratégia foi promover os amigos e aqueles subservientes ao regime do Partido dos Trabalhadores em Minas. Ato contínuo, iniciou a caça às bruxas, impondo perseguições, retaliações, transferências e abrindo sindicâncias e IPMs pelo simples fato de um policial militar, ainda que na inatividade, fazer críticas ao governo através das mídias sociais. Um verdadeiro terror foi implantado para garantir a mordaca da tropa.



Para a posição do seu auxiliar imediato, a fim de monitorar as redes sociais e impedir a reação da tropa, Bianchini escalou o então subchefe do Estado-Maior, Cel. André Leão. O Sr. André Leão passou a executar os planos do Cel. Bianchini, montando uma central de inteligência na antessala de seu gabinete. Essa central ficou encarregada de fazer montagens de fotos, vídeos e textos apócrifos, com o objetivo único de atacar os adversários e críticos do atual governo, via redes sociais. Como se não bastasse, os agentes da diretoria de inteligência da PMMG, cooptados, passaram a ser usados com esse objetivo. Praças, oficiais e até mesmo coronéis da ativa, foram alvos desses ataques. Nem mesmo este deputado foi poupado. Montaram e divulgaram em grupos de WhatsApp várias falsas acusações, para enxovalhar o meu nome e o meu trabalho, porque o Código Penal Militar e o Código de Ética não se aplicam ao deputado. Como eu já tinha conhecimento da origem e autoria dos ataques, protocolei oito representações na Promotoria de Combate aos Crimes Cibernéticos, e parte delas já foi encaminhada para a Justiça Militar.

O comando anterior, do Cel. Bianchini, e o atual comando-geral não aceitam qualquer crítica ao governo do PT. São coniventes com o parcelamento dos salários, que perdura por dois anos e quatro meses, e nada fizeram para cobrar do governo a reposição das perdas inflacionárias que completam, em 2018, quatro anos.

Silenciaram-se com o desvio criminoso de R\$3.000.000.000,00 dos cofres do IPSM, o que vem afetando gravemente as famílias de policiais e bombeiros militares. Permitiram o sucateamento das forças policiais; faltam viaturas e sobram coletes e munições vencidos. O armamento é obsoleto e não tem poder de reação ao armamento utilizado pelo chamado novo cangaço, que se multiplica pelo interior do Estado. Inexiste segurança na rede de rádio de comunicação, o que facilita a sua interceptação por criminosos. Por fim, aqueles que estão passando para a reserva estão sem receber férias-prêmio, diferença de promoção e ajuda de custo. As diárias são pagas somente para a cúpula.

Em dois anos à frente do Comando-Geral, o Cel. Bianchini recebeu R\$115.000,00 de diárias. O atual chefe do Estado-Maior, André Leão, recebeu, em três anos, R\$120.000,00 de diárias. Enquanto isso, o restante da tropa se vê obrigado a gastar do próprio bolso para trabalhar e não sabe quando serão reembolsadas as diárias. Mas os problemas não se resumem ao que está escrito acima. Outro ponto muito grave para o nosso pessoal da ativa, principalmente para aqueles lotados em destacamentos, é ser escalado sozinho à noite e nos finais de semana, diante da carência de efetivo. O atual comandante-geral da PMMG rasgou mais de 200 anos de história e os seus cadernos doutrinários, que nos ensinaram que a força policial somente deve agir com supremacia de força, elevando potencialmente o risco de morte desses policiais. O mais grave problema da cooptação da cúpula da PMMG, volto a repetir, é o alinhamento ideológico. A cegueira ideológica tem causado severos estragos internos e externos na instituição, que certamente levarão décadas para cicatrizarem.

Enquanto no exercício do mandato de deputado, tenho feito de tudo, tudo aquilo que está ao meu alcance para denunciar as irresponsabilidades desses chefes de governo – chefes e governo –, seja da tribuna da Assembleia Legislativa, das comissões temáticas, seja através da mídia, do uso das redes sociais, da realização de audiências públicas, do acionamento do Ministério Público, do Tribunal de Contas, entre outros. Também, tão logo tomei conhecimento do rombo milionário nos cofres do IPSM, impetrei ação popular em sua defesa.

O que mais me entristece e me deixa preocupado nestes três anos e quatro meses do massacre que a tropa tem sofrido com os coronéis petistas é a omissão dos deputados oriundos da classe. Tudo isso acontecendo, toda sorte de covardia com a tropa, e eles continuam sem dizer uma só palavra ou fazer qualquer ação política para denunciar os desmandos do comando. Deus permita que no dia 7/10/2018 a democracia seja reinstalada nas montanhas de Minas e que nossos bravos policiais e bombeiros militares possam trabalhar e viver em paz!

Deputado Dalmo, fiz questão de fazer este pronunciamento por escrito para que realmente nenhuma palavra fosse colocada de forma diferente daquela que eu gostaria. Se existe uma polícia política em Minas Gerais, a Polícia Militar hoje está a serviço de Fernando Pimentel, do PT, atacando os seus adversários políticos. E olha, deputado, Dalmo, não é de hoje que isso vem acontecendo

no Estado. O governo é completamente irresponsável, o governo verdadeiramente abandonou as políticas públicas, destruiu o ânimo, o moral, a vontade dos próprios servidores públicos em efetivamente prestar serviço para o cidadão mineiro.

Deputado Dalmo, vamos dar ampla publicidade a este pronunciamento, inclusive por escrito; vamos fazê-lo chegar aos 853 municípios.

Escutei aqui o deputado Gustavo Valadares dizer da homenagem que foi prestada à Marielle, vereadora do Rio de Janeiro, com a qual também concordamos, porque a forma trágica que ela morreu precisa ser apurada, apurada para valer, é preciso chegar aos autores e colocar esses criminosos na cadeia. Homenagearam a vereadora Marielle, do Rio de Janeiro, mas, aqui, neste estado, deputado Dalmo, 38 servidores da segurança pública tomaram em defesa dos mineiros durante o governo de Fernando Pimentel, do PT, 38 servidores, 38. E pergunto: quantos desses 38 foram homenageados por Fernando Pimentel, do PT? Quando aquela moça estava recebendo a Medalha Alferes Tiradentes, fiz questão de pegar a lei que trata dos que tenham, de maneira excepcional, contribuído para o prestígio da ciência, das letras ou das artes em Minas Gerais; dos membros da magistratura, do Ministério Público, do funcionalismo público que, havendo servido por mais de 25 anos o Estado, tenham se destacado por sua capacidade de dedicação; dos oficiais das Forças Armadas que tenham prestado serviços relevantes ao Estado de Minas Gerais; dos oficiais e praças da Polícia Militar com mais de 10 anos de engajamento que tenham prestado serviços relevantes ao Estado. Por que então não prestaram homenagem aos brasileiros e estrangeiros que tenham contribuído de maneira excepcional para o desenvolvimento econômico, industrial ou cultural para o Estado de Minas Gerais, aos que tenham, por qualquer forma além das indicadas, prestado serviço de notória magnitude pública ao Estado de Minas Gerais?

Qual serviço prestou a vereadora Marielle? Qual serviço ou trabalho relevante ela prestou em Minas Gerais? Enquanto isso, deputado João Leite, 38 servidores da segurança pública tomaram no cumprimento do dever, tomaram defendendo a sociedade. Onde estava Pimentel? E eu estou falando de 38 no governo de Fernando Pimentel. Onde está o governador para lembrar desses heróis anônimos? Onde está o Comando-Geral da Polícia Militar para dizer: “Governador, lembra-se desse policial? Lembra-se do Cb. Vanelli, que morreu covardemente na cidade de Ilícinea? Onde está o governador? O colete à prova de bala vencido não foi denunciado por mim, pelo deputado João Leite, nem pelo deputado Antonio Carlos Arantes, quando lá estivemos com a Comissão de Segurança Pública. Foi denunciado pela D. Neuza Vanelli, mãe do Cb. Vanelli.

E a cegueira? A cegueira ideológica, deputado João Leite, cega os militantes do PT, que só se lembraram da vereadora porque é do PCdoB, é do Psol, é da esquerda, é do mesmo partido de Marcelo Freixo, que vive defendendo o fim da Polícia Militar, mas não abre mão da sua segurança. A sua segurança é feita por vários policiais militares, de quem ele não abre mão, assim como o deputado Durval Ângelo passou mais de 15 anos com quatro policiais do GAT fazendo a sua segurança 24 horas por dia. Hoje ele tem dois seguranças; dois! É essa turma que fica pregando o fim da Polícia Militar. Onde está o governador para homenagear os 38 servidores da Segurança Pública que morreram de forma covarde na mão de criminosos defendendo a sociedade?

Presidente, não vou pedir o encerramento de plano como fez o deputado Rogério Correia aqui, não. Vou deixar o deputado Cristiano Silveira fazer uso da palavra.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira\* – Inicialmente, presidente, quero dizer do estarecimento de que fui tomado nesta semana ao ver, pelas redes sociais, já que, nos grandes veículos, não sei por que, a imprensa não se interessou em dar ampla divulgação, a imagem do frei Leonardo Boff e de Adolfo Pérez, vencedor do Prêmio Nobel da Paz, sendo impedidos de fazer uma visita ao presidente Lula, que está preso há algo em torno de 15 dias na Polícia Federal, em Curitiba. De qualquer maneira, foi algo muito forte essa decisão de uma juíza em Curitiba, na minha opinião força auxiliar do juiz Sérgio Moro, que travou uma cruzada política de perseguição ao ex-presidente Lula.

Como já dissemos por várias vezes, Lula é inocente, porque não foi apresentada nenhuma prova de que ele seja realmente o proprietário do famoso triplex. Nenhuma prova: não tem escritura, não tem recibo, não tem contrato de gaveta, não tem sequer testemunhas. Por falar nisso, há um testemunho do porteiro do prédio, amplamente divulgado na imprensa – e dessa feita as manchetes dos jornais foram utilizadas como subsídio para a decisão do juiz –, que dizia que havia interesse de D. Marisa naquele imóvel, que ela visitou várias vezes, e que, a seu pedido, uma empresa havia sido contratada para fazer a reforma dele e a instalação de um elevador. Ora, há alguns dias, o Movimento dos Trabalhadores sem Teto ocupou o triplex, dizendo que, como o juízo entende que ele pertence ao Lula, só o Lula poderia solicitar a sua retirada e a reintegração da posse do imóvel. Bem, a justiça não levou isso em consideração, mas o que os militantes encontram no imóvel? Nada. Nenhuma reforma relevante e nenhum dos móveis planejados e sofisticados cuja existência vários veículos de imprensa divulgaram à época da denúncia dessa reforma. Trata-se de um imóvel extremamente simples, com escada e sem elevador. Penso que isso tem que ser levado em consideração pelas instâncias que hão de julgar o mérito dessa ação contra o presidente Lula.

Há também a palavra do Léo Pinheiro, dono da OAS, que em seu primeiro depoimento disse ao juiz Sérgio Moro que não tinha provas de que o presidente Lula fosse o beneficiário dessa propina em forma de imóvel e da sua reforma. Quando o juiz Moro perguntou se ele tinha provas, ele respondeu que não, porque, por orientação do próprio Lula, havia destruído as provas. O engraçado é que ele não teve o zelo de destruir as provas contra si mesmo; destruiu as provas que incriminavam o Lula, mas não destruiu as provas que o incriminavam. Depois, tentou um acordo de delação, que foi negado pelo Ministério Público, mas, ainda assim, trouxe nova versão, na esperança de fazer outro acordo de delação, dizendo que o Lula era realmente o beneficiário desse imóvel. Ora, até onde entendo, no Brasil, quem não registra não é dono. Não é assim que falamos? Na capinha dos documentos que os cartórios nos entregam quando vamos fazer a escritura de um imóvel, vem escrito: quem não registra não é dono. Então, diferentemente da situação de outros políticos, contra os quais há gravações, imagens, documentos e dinheiro em malas, no caso do ex-presidente Lula, não há nada disso. Há apenas a palavra do delator, que mudou a sua versão, em busca de benefícios na Justiça. Aliás, já falamos sobre isso e agora o Supremo está discutindo esse instituto da delação premiada, que acabou se tornando, de alguma maneira, um instrumento para que os delatores falem aquilo que os acusadores querem ouvir. Por falar nisso, ainda há que se esclarecer a indústria de delação que se instalou em Curitiba, como acusa Rodrigo Tacla Duran, que está na Espanha. Na CPI do Congresso Nacional, Rodrigo disse que há uma grande rede de oferta de acordos de delação contra o pagamento de multas vultosas. Um dia o povo brasileiro vai entender tudo isso, porque, falando assim, parece muito complexo para que as pessoas entendam o que está por trás disso.

Mas quero voltar à minha fala inicial sobre a imagem emblemática de Leonardo Boff, um senhor já de muita idade, sentado na porta da Polícia Federal, tentando fazer uma visita a um amigo e levar-lhe um abraço fraterno e, claro, as palavras do Evangelho, como é direito dos presos em nosso país, segundo o nosso Código Penal. Também o argentino Adolfo Pérez, ganhador do Prêmio Nobel, reconhecido internacionalmente por sua luta, foi barrado e impedido de visitar o presidente Lula.

Alguém tenta dizer que a imprensa tentou trazer essa imagem de que o ex-presidente Lula teria um tratamento diferenciado dos demais presos, e é verdade. Não porque a cela dele seria maior e porque ele pode, por exemplo, assistir à TV, mas porque ele está numa solitária. Uma pena que se aplica a presos que cometem erros graves dentro do sistema é colocá-los em solitária. E nada pior do que a solidão, não é verdade? Como se não bastasse a privação da liberdade, ainda a condição de uma solitária.

Então é isso que hoje, lamentavelmente, parte do nosso Judiciário faz com um ex-presidente da República da envergadura do ex-presidente Lula. Não faço, como muitos companheiros, a defesa do ex-presidente Lula porque tirou 30 milhões da miséria, em que pese isso fosse motivo suficiente para eu fazê-lo. Não porque entregou mais de três milhões de moradias no Minha Casa, Minha Vida, ou pelos milhares de jovens que tiveram direito a estudar, pela estabilidade econômica, pelo ganho real no salário mínimo, pela distribuição de renda. Isso tudo seria motivo suficiente para fazer a defesa do ex-presidente Lula. Mas quero que possamos fazer uma discussão extremamente técnica sobre os fatos. Eles tentam dizer que, se o Lula não for preso, é porque ele está acima da lei, e que

querem criar agora um clima no nosso país de que ninguém estará mais acima da lei. Não é verdade, porque estão tentando colocar o ex-presidente Lula abaixo da lei. Ele não pode estar acima, mas, de maneira alguma, pode estar abaixo. Nenhum de nós pode estar abaixo da lei. E é por isso que nos preocupa o comportamento de parte do Judiciário, que, sem pudor algum, faz uma cruzada de caçada ao ex-presidente Lula.

Percebo que, na minha opinião, ainda há em torno de cinco, seis processos que o presidente ainda há de responder e que poderão ter maior complexidade do que a questão do triplex. Então por que essa velocidade toda no julgamento do caso do triplex? Por que, de uma maneira recorde, esse processo passou na frente de mais de 260 processos na 4ª Turma do Tribunal em Curitiba? Por que essa excepcionalidade? É muito simples. Porque esse seria o processo que teria condição de ser analisado, inclusive futuramente sendo a justificativa ou a razão para impedir o registro da candidatura do ex-presidente Lula nas próximas eleições. Esse é o pano de fundo. O processo mais frágil, tão frágil que poderá ser o objeto do impedimento da candidatura do presidente Lula.

Por que isso tudo? O golpe que a ex-presidenta Dilma viveu. Acho que hoje está mais claro para as pessoas que tudo isso foi um grande golpe. É aquele grande acordo nacional do Romero Jucá; é o mercado financeiro ditando regras no nosso país; é a influência de setores da política externa também em nosso país. É isso tudo combinado. E esse esforço para o golpe; e um esforço milionário, vamos lembrar, porque trouxe custos altíssimos para o orçamento público, como o pagamento de emendas a parlamentares que votaram congelamento de gastos por 20 anos, reforma trabalhista, parlamentares que salvaram Michel Temer por duas vezes. O governo mais desaprovado da história, um governo envolvido em grandes corrupções, e o nosso Congresso, com o apoio de parlamentares de Minas Gerais, salvou Michel Temer por duas vezes. E isso foi caro do ponto de vista orçamentário para o nosso país. Esse golpe, caro do ponto de vista político, econômico, social, para ter o seu desfecho, tem que ser concluído de maneira que as forças populares não voltem a presidir o Brasil. E o objeto, então, dessa perseguição, dessa caçada, é o ex-presidente Lula.

Não somente isso. Talvez o mais estarrecedor tenha sido o impedimento de membros do Senado e da Câmara dos Deputados visitarem o presidente Lula. É importante lembrar que o Congresso Nacional tem prerrogativa constitucional de fazer a fiscalização também dos estabelecimentos prisionais onde se encontram os nossos presos, e essa prerrogativa, de certa maneira, que é constitucional, foi burlada por uma decisão da juíza em Curitiba. Então é uma série de erros, de bizarrices, de coisas estranhas ao nosso processo democrático.

Presidente, também é importante lembrarmos que há um documento escrito por mais de 120 juristas renomados, que fazem toda análise do processo contra o ex-presidente Lula. Ali eles conseguem apontar as fragilidades do processo, desde o vazamento de gravações de uma presidente da República, a condução coercitiva quando o acusado não se recusa a prestar depoimento e, agora, esse conjunto de erros cometidos no processo, inclusive, retirando do ex-presidente Lula a possibilidade de todas as instâncias recursais, como o julgamento dos embargos infringentes e declaratórios na 4ª Turma, a que ele não teve direito.

Vale lembrar também que o Supremo se nega a discutir e a votar novamente a prisão em 2ª instância. No Supremo há ministros que são decanos, antigos na Casa, grandes juristas, que veem ali uma violação ao direito constitucional, porque a prisão só pode acontecer com o trânsito em julgado dos processos. Então, esses ministros colocam, de maneira muito clara, que há uma violação de um preceito constitucional. Essa inovação que parte do Judiciário tenta fazer, a que vamos chamar de campo cinzento da Justiça, em que cabe a interpretação do magistrado e coloca-se em risco a estabilidade do Estado Democrático de Direito. Penso eu que, se o magistrado quiser legislar – porque não se trata de interpretar, mas quase que se estabelece uma nova legislação –, deveria então se colocar ao julgamento popular, ao julgamento do eleitorado e disputar eleições, porque o poder emana do povo e em nome do povo tem de ser exercido. E cabe ao Poder Legislativo criar as leis. Então, se é o desejo que se façam mudanças em nosso regramento jurídico e também constitucional, que os membros do Judiciário ou do Ministério Público façam a disputa de mandato legislativo, que tem de ser concedido pelo povo. Portanto, é isso tudo que vivemos, é esse processo que está em curso em nosso Brasil.

Digo lideranças renomadas não só no campo jurídico, mas no campo político mundial. Falei ao Adolfo Pérez, indicado ao Nobel da Paz, que indicasse o ex-presidente Lula para receber o mesmo prêmio. Quero lembrar que o Brasil nunca teve um ganhador do Prêmio Nobel, diferente de alguns vizinhos na América Latina. Quero também lembrar que José Sócrates, ex-presidente de Portugal, em entrevista a TV portuguesa, fez uma defesa muito clara do ex-presidente Lula e do processo que ocorre aqui, em nosso país. Evo Morales também fez o mesmo depoimento. Não diferente, Pepe Mujica, que foi presidente do Uruguai. Ou seja, forças progressistas, não só no Brasil mas em todo o mundo, têm se levantado para declarar e denunciar o que ocorre nessa perseguição ao ex-presidente Lula e a quebra do regramento democrático no Brasil. Infelizmente é o que vivemos.

Lamentavelmente, setores da imprensa que recebem vultosos recursos públicos para fazer a defesa do governo Temer, para defender a reforma da previdência e para defender um governo de desmando, extremamente contaminado pela corrupção, não têm o mesmo zelo em dar a repercussão que a imprensa internacional dá em decorrência do que está acontecendo no Brasil.

Um país que vinha consolidando a sua democracia, com a 5ª maior economia, respeitado mundialmente, hoje se compara a republiquetas de bananas, a republiquetas de instabilidade, a regiões governadas por tribos. É isso que parece o nosso Brasil hoje. Há retirada de direitos, de maneira virulenta, e ainda do nosso poder de escolha. Como falar em uma democracia onde a maioria do povo brasileiro deseja votar no ex-presidente Lula e não pode porque o Judiciário entende que não deve? E não pode por ele ter cometido crime, porque isso não conseguiram provar. Espero ainda – há um fio de esperança – que o Supremo e o STJ tenham juízo e restabeleçam a normalidade do processo jurídico e político no Brasil. Essa conta será muito cara e teremos de debatê-la no futuro.

Para encerrar, presidente, vejo que também é um momento de a esquerda se reencontrar com a sua história, com as forças progressistas, com os trabalhadores. Por diversas vezes, nesse pouco mais de três anos de mandato, percebi colegas anunciarem, desta tribuna, o fim do Partido dos Trabalhadores, o fim da esquerda, o encerramento da nossa caminhada, especialmente naquele fatídico 2015, no mês de abril, quando iniciou todo o drama com a ex-presidente Dilma.

Vejam vocês, Lula lidera todas as pesquisas. O PT é o partido predileto daqueles que têm preferência partidária no Brasil. Nesses 15 dias de prisão do ex-presidente Lula, mais de 3 mil pessoas filiaram-se ao PT. Portanto, ainda há esperança. Obrigado, presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite\* – Querido amigo deputado Dalmo Ribeiro Silva, presidente e grande líder do nosso Sul de Minas; deputado Sargento Rodrigues; telespectadores da TV Assembleia; está dando água por todo lado. Hoje a Comissão de Saúde da Assembleia se reuniu – está aqui o deputado Doutor Wilson Batista, vice-presidente da comissão –, e a situação é de falência dos nossos hospitais. É algo impressionante. A Santa Casa, o Baleia, o Luxemburgo, o Evangélico, os nossos hospitais estão falindo, Pedro Chagas, com uma dívida monumental do governador Pimentel, do PT, com a saúde de Minas Gerais. Nos municípios, os hospitais estão fechando por todo o Estado. Para onde olhamos em Minas, as políticas públicas foram destruídas pelo PT. A educação não tem alimentação escolar. Aprendemos, desde cedo, que uma criança que não se alimenta bem não consegue se desenvolver, até mentalmente. O governo de Minas não repassa alimentação escolar para os alunos da escola pública do Estado. Na segurança, um desastre. O Detran está envolvido em denúncias graves de corrupção. Mas o mais grave: o governo do PT governa por ato institucional, por decreto. Ele desconhece o Parlamento, faz portaria criando taxas para a população de Minas Gerais pagar, sem passar pela representação do povo, pelo Parlamento de Minas Gerais. Agora, do nada, dizem: “Suspendemos a cobrança.” Mas e o que foi cobrado? São R\$13.000.000,00 da população de Minas Gerais. Isso é confisco. Se não passa pela Assembleia Legislativa, é confisco. Estão confiscando, estão tirando o dinheiro das pessoas.

Sei que o Ministério Público está atento. Onde foram utilizados esses recursos, cobrados da população de Minas Gerais pelo governador Pimentel, no financiamento de veículos? Onde está esse dinheiro? São R\$13.000.000,00 por mês! Onde ele foi



colocado? Qual é a prestação de contas disso? Daqui a pouco teremos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento do Estado, as contas do governador. Mas onde foi colocado esse dinheiro? Eles já estavam com outro pulo pronto.

Hoje o senador da República que indicou o chefe do Denatran está sofrendo busca e apreensão no seu gabinete em Brasília e em escritórios. É o mesmo esquema que veio do Piauí e que o PT está implantando em Minas Gerais: o esquema de vistoria de veículos. Eles já cobram por isso R\$139,00 e querem cobrar mais R\$139,00 da população de Minas. Alguns chamam de bitributação. Tudo por portaria. Não passa pela Assembleia Legislativa! Isso é um escândalo, é um escândalo o governo do PT. E vai aparelhando por todos os lugares.

Na Assembleia Legislativa, então, é uma festa o aparelhamento do PT em todos os níveis, é uma coisa esquisita. Estou no sexto mandato, e nunca na história da Assembleia Legislativa eu vi isso. Eu nunca tinha visto isso. Hoje, olhei a pauta da reunião da Comissão de Constituição e Justiça de amanhã. À frente de todos os projetos já está a PEC do Sr. Rogério Correia. Aqui nós temos os deputados classe A. São os deputados que não têm de passar pelo crivo do sistema da Assembleia Legislativa. Os projetos deles têm prioridade absoluta, os desejos deles têm prioridade absoluta. A cara deles está a todo momento na comunicação da Assembleia Legislativa, a todo momento na televisão da Assembleia Legislativa. São os deputados classe A. Está toda aparelhada a Assembleia Legislativa. Nunca imaginei que eu pudesse falar uma coisa dessas da Assembleia Legislativa, porque respeito muito os servidores desta Casa, mas está demais, ninguém aguenta isso mais, não. O aparelhamento está demais. Não aguentamos o que está acontecendo.

Eu me lembro do José Alberto, nosso consultor aqui presente ao lado do Prof. Sabino. Lembro quando determinaram a prisão dele em uma comissão porque estava impedindo de dar quórum. É o que fazem hoje, não permitem que uma comissão da Assembleia Legislativa funcione. Não vamos mandar prender ninguém, não fazemos assim, eles é que assim fizeram em um passado bem próximo. Agora, dominaram a Assembleia Legislativa, dominaram as instâncias. Dominaram a Assembleia, a ponto de vermos projetos que só podem ser aprovados por portaria, por decreto. Cobram-se taxas hoje em Minas Gerais por decreto. E a Assembleia Legislativa, silenciosa, aceitando esse jogo.

Esse jogo não me penaliza, não penaliza o deputado Sargento Rodrigues nem os deputados da oposição. Penaliza a população de Minas Gerais. Ou esta Casa é a que ouve a voz do povo, ou então vamos tirar esse *slogan*. É um pouco igual ao governo do Estado: ouvir para governar. Aqui é poder e voz do cidadão. Ajudem-me. Não é mesmo! Não é mesmo nem a voz da oposição. Ajudem-me. Cooptados, aparelhados os sistemas em Minas Gerais. Eu me lembro daquele joguinho: Minas sem Censura. Ora, o que estamos vendo em Minas Gerais? Hoje a Comissão de Segurança Pública fez uma reunião, mas ainda bem que audiência pública não precisa de quórum, porque eles não dão quórum para a segurança pública em Minas Gerais. Eles acham que está tudo bem, que não está acontecendo absolutamente nada, que os policiais estão bem, que os agentes estão bem. Mandaram 3 mil agentes penitenciários embora, e vão mandar mais 5 mil agora. E a juíza que cuida de 5 mil presos em São Joaquim de Bicas alertou a Assembleia Legislativa hoje. Vai dar mal, vai dar errado.

Eu me lembro da minha conversa no Exército: “Eu e o deputado Sargento Rodrigues estamos preocupados com a divisa”. “Esqueçam a divisa, preocupem-se com o sistema penitenciário de Minas Gerais, que já está dominado pelo PCC”. Esse é, sem dúvida nenhuma, o legado que o PT deixará em Minas Gerais. Um sistema penitenciário dominado.

Gostaria de dizer também dos deputados diferenciados da Assembleia Legislativa, os donos da pauta. São donos da pauta, da TV, da comunicação da Assembleia. As propostas deles estão permanentemente na comunicação da Assembleia. Notícias da Assembleia: aparece o deputado classe A, diferenciado. Parece que teve votação de outra classe em Minas Gerais, não é do povo de Minas Gerais. Ele é diferenciado. Quando ele fala, dá um susto em todo mundo. Ficam todos quietos. Se nós falamos, não acontece nada. Se pedimos alguma coisa, não acontece absolutamente nada. A Assembleia Legislativa hoje tem dono, que não é povo de Minas Gerais, nem a oposição da Assembleia Legislativa, nem a Minoria, que normalmente tem muito poder nos parlamentos. A Minoria não tem poder na Assembleia Legislativa, bem como o povo. Quem tem são os deputados diferenciados, os classe A. Tudo deles anda,



tudo deles acontece na Casa. São eles que designam os postos-chaves, que estão sempre comunicando aos deputados classe A aquilo que vai acontecer, alertando-os: “Precisam vigiar aquele deputado. Ele vai fazer isso”. Nunca tinha visto isso na Assembleia Legislativa. Nunca! Que vergonha que estou! Que vergonha!

Queria dizer aqui uma outra coisa. O deputado Durval Ângelo citou aqui a minha luta pela reforma agrária. Acredito nela, mas acreditei demais naquele tempo que faziam os maiores movimentos em Minas Gerais. Vieram 13 anos de governo do PT. Onde está a reforma agrária? É uma mentira! Em 13 anos não fizeram absolutamente nada. Agora, esse movimento, o puxadinho do PT serve para tentar assustar a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, bem como serve para assustar assentados. O Sr. Silvino Neto, que recebeu a Medalha da Inconfidência, foi denunciado na Comissão de Segurança Pública de ameaçar de morte as pessoas em assentamento. Está na gravação. Saiu rapidamente da comunicação da Assembleia, porque o Sr. Silvino Neto foi do gabinete do deputado Rogério Correia. Agora recebe a premiação!

E a professora Helley Batista, de Janaúba, aquela heroína de todos nós? O viúvo nos assiste agora. Carlinhos, esse é o governo do PT, que dá a Medalha da Inconfidência para alguém acusado de ameaçar de morte pobres camponeses, que dá uma medalha para uma pessoa viúva de alguém do Rio de Janeiro que, de acordo com a legislação que disciplina a medalha, não fez absolutamente nada por Minas Gerais, enquanto a professora deu a vida por seus alunos, por suas crianças e, no entanto, não é lembrada.

Fiz a proposta do nome da professora para a rodovia de São João da Ponte até a BR-122, mas não sou deputado classe A. Não sei, então, quando será colocado na pauta o meu projeto que homenageia a professora dando o nome a uma rodovia de Minas Gerais. Não sabemos. Isso também não é notícia. Vocês não vão saber pela comunicação da Assembleia Legislativa, mas aqui é o meu lugar de falar. Aqui eu falo. Não podem me parar. Na comunicação podem, mas aqui, não. Aqui eu falo.

Então, feriram os nossos sentimentos novamente. O governo do PT nos matou novamente. A professora e a nossa esperança morreram naquele dia, e continuam morrendo com este governo. Que alegria, para mim, não ser detentor hoje da Medalha da Inconfidência. Eu a recebi. Fiquei honrado, mas, daquela tribuna, eu a devolvi no dia em que esse governador Pimentel concedeu a medalha para João Pedro Stédile, um homem que não reconhece a propriedade, que é o lugar onde está a família, o pai, a mãe e suas crianças, mas que ele não respeita. Não tenho a Medalha da Inconfidência, Carlinhos. A professora também não tem, mas fica a nossa honra. Não estamos à venda.

Quero ouvir o deputado Sargento Rodrigues. Faço questão.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – Serei muito breve, deputado João Leite. Quero parabenizar V. Exa. e cumprimentá-lo. V. Exa. chamou atenção para aquilo de que venho alertando o bloco de oposição há mais tempo: os deputados classe A. Apresentei uma PEC, semelhante à PEC nº 45, do deputado Rogério Correia, 1º-secretário. A dele, com duas semanas, já tinha passado pela comissão e ido duas vezes a Plenário, votada e aprovada. A PEC nº 45. Apresentei a PEC nº 46, estendendo o quinquênio a todos os demais servidores, mas ela está parada na CCJ desde 7/7/2017. Pasmem! Apresentei essa PEC estendendo o quinquênio a todos os demais servidores públicos. A PEC nº 49, do deputado Rogério Correia, já está na CCJ. É para isso que estamos chamando a atenção. São as manchetes.

Alertei ontem, deputado João Leite, que a PEC do deputado Rogério Correia ficou uma semana na página principal da Assembleia. A área de Comunicação parece que não tinha outro assunto a não ser a PEC do deputado Rogério Correia. Doutor Wilson Batista, o senhor que está presidindo a sessão neste momento, saiba que não se enquadra nessa classe A de deputados. Por isso seus projetos não andam na mesma velocidade que os projetos de alguns aqui. O exemplo do deputado Rogério Correia é algo estarrecedor. Sou o primeiro signatário da PEC nº 46, que está parada na CCJ, e seu relator é nada mais nada menos que o deputado Durval Ângelo. Amanhã, lá na CCJ, como sou suplente da comissão, vou perguntar ao presidente: deputado Leonídio Bouças, qual é o critério que o senhor está utilizando? Por que uma PEC, semelhante à do deputado Rogério Correia, que quer estender o quinquênio aos demais

servidores civis e militares do Estado... Por que só pode ser para os professores? Porque são eleitores diretos do deputado Rogério Correia? E os demais servidores? Vou perguntar isso. A PEC nº 46 estende. Por que ela está parada na CCJ desde o dia 7/7/2017? E a PEC nº 49 do deputado Rogério Correia está lá pronta, deputado João Leite. Ela já está pautada na CCJ. Deputado João Leite, não podemos ter deputados classe A, B ou C aqui. Já basta o monopólio que o deputado Rogério Correia faz nesta Mesa. Até na distribuição de projetos, deputado João Leite. Depois V. Exa. pegue o Regimento Interno e verá que a competência é dele. Então será que ele, enquanto 1º-secretário, falou: “Manda imediatamente para ali, para essa ou aquela comissão?”. É vergonhoso o que estamos assistindo. Peço encarecidamente ao Sr. José Geraldo Prado e ao presidente Adalclever Lopes que não permitam que a área de Comunicação e que a Mesa da Assembleia sejam puxadinhos do PT. Parabéns a V. Exa., deputado João Leite. Obrigado.

O deputado João Leite\* – Deputado Sargento Rodrigues, acompanhei o massacre que V. Exa. viveu, de que foi vítima na semana passada. Portanto, gostaria de citar o sábio Prof. Sabino Fleury. O Regimento da Casa é muito importante, mas mais importante que o Regimento é o acordo. Mas se o PT quer o Regimento, não quer acordo mais, o PT terá o Regimento com todas as letras do Regimento e abandonamos então o acordo. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

#### **DISCURSOS PROFERIDOS NA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/4/2018**

O deputado Antonio Carlos Arantes\* – Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, volto aqui a denunciar o que tem de pior hoje em Minas Gerais. É até difícil falar o que tem de pior, porque a saúde está no fundo do poço, está em uma situação horrível. Mas queria falar de segurança, porque, quando se analisam hoje as pesquisas, a principal aspiração do povo mineiro está nessa questão – saúde e educação vêm depois. Infelizmente hoje o povo está muito inseguro.

Ontem estive na Crediminas para discutir os estornos de caixas eletrônicos e os roubos das agências e até do cofre – hoje eles vão às agências e já nem estouram mais o caixa eletrônico, levam o próprio cofre do banco. Isso virou um problema seríssimo em Minas Gerais, ao ponto de, na semana passada, eu e os deputados federais Carlos Melles e Renato Andrade – isso foi idealizado pelo deputado federal Carlos Melles – irmos ao ministro da Justiça Raul Jungmann para mostrar a ele a que ponto chegou a segurança em Minas Gerais. Estavam presentes também o Walker Américo, o Walkinho, prefeito de São Sebastião do Paraíso; e o Jarbas Correa, o Jarbinhas, de Guaxupé, todos muito preocupados com essa situação. O ministro disse: “Deputado, segurança pública é uma questão de estado, é obrigação do estado. A União entra quando o estado não tem mais jeito, como está acontecendo no Rio de Janeiro”. Mostramos a ele que, em Minas Gerais, não está muito diferente. Aqui o bandido hoje tem tomado conta também. Temos tido muitos problemas, e se tem uma coisa hoje pela qual o povo mineiro mais clama é por segurança. É só fazer pesquisa, analisar e verão que a segurança está em primeiro lugar. Chegou-se ao ponto de hoje não haver provavelmente uma cidade em Minas que não tenha tido problema de estouro de caixa eletrônico e assalto, e não só ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal, ao Sicoob – é uma febre completa – mas também aos Correios.

E agora aconteceu na minha querida Jacuí. Hoje de madrugada estouraram o caixa do Sicoob. Só em um ano em Jacuí... No Banco do Brasil deve ter sido a terceira vez, no Sicoob deve ter sido a terceira ou quarta vez, sem contar o caso do sequestro de pessoas do Sicoob. Na agência dos Correios, podemos falar em dezenas, entre assaltos, arrombamentos. Isso só em Jacuí. E lá tem outra diferença, porque o pessoal vai ao comércio, e os assaltantes aproveitam a noite para arrebentar as lojas e levar o cofre. É um pânico, bala para todo lado, e com armamento muito pesado. O povo de Jacuí ficou refém. Mas isso não é só em Jacuí, infelizmente acontece no Estado inteiro e no Brasil. Mas em Minas Gerais os números são muito piores. E quando se mostra o gráfico do crime em Minas Gerais, os bancos mais visados pelos bandidos estão no Sul de Minas, Coronel Piccinini. Não sei se é porque o Sul de Minas está na divisa com São Paulo, se é porque está próximo da região de Campinas, Sumaré, Hortolândia, onde tem um foco grande de bandidos, inclusive ligados ao PCC.

Inclusive, na cidade de Hortolândia foram presos os bandidos que roubaram em Passos. Coincidentemente – uma coincidência muito estranha –, perto de Passos fica a cidade de Campo do Meio, onde tem uma invasão de uma propriedade grande, com mais de 600 famílias, cuja maior parte dos carros têm placas de Hortolândia. Então, acho que existe uma conexão entre a cidade de Hortolândia, a de Campo do Meio, fazenda invadida e assaltos a bancos, caixas eletrônicos, e por aí em diante. Tem coisa que precisa ser investigada pela Polícia Federal. No nosso entendimento, a célula que espalha esses bandidos está ali por perto, e não duvidem se estiver nessa fazenda de Campo do Meio. Eu estive lá e vi as placas dos carros. João Leite, os invasores não têm mão calejada, não. Eles andam de Corolla, de caminhonete chique, são bonitos, de roupa limpa, de roupa boa. Fiquei lá 6 horas, mas só vi um trabalhador capinando umas mandioquinhas no meio do mato, que não dariam nada. Só um, e são 600 famílias. É uma fazenda bonita na beira do lago, uma exploração imobiliária. Essa é a realidade, deputado Braulio Braz. Os carros são bons, só carro novo, inclusive deve ter carro comprado em Belo Horizonte, nessas empresas importantes que você administra. Esse pessoal tem dinheiro, mas lá são invasores de propriedade. Os carros têm placas de Hortolândia. Os carros dos bandidos que roubaram em Passos tinham placa de Hortolândia, e os ladrões foram pegos lá em Hortolândia pelas Polícias Federal e Civil, que fizeram um belo trabalho.

Mas a situação chegou a um ponto em que não tem mais jeito. Ontem, estive nessa audiência à tarde, na Crediminas, com o Geraldo, que assumiu agora há pouco, infelizmente em função da morte do nosso grande amigo Alberto em um acidente na BR-381. Mais uma vítima dessa BR, João, onde o dinheiro sumiu nestes 13 anos do PT, e não duplicaram a rodovia, fazendo vítimas, como o Alberto, presidente da Crediminas. E como fez, nesta semana, sete vítimas dessa maldita falta de ação do governo federal. Treze anos de PT, e o Vale do Aço, que é o vale do PT, não viu essa duplicação acontecer, e as pessoas morreram. Inclusive morreu uma menina, estudante de medicina na Faminas. Triste, mas é essa a realidade.

Então, este é o desgoverno. Um governo que pegou um orçamento com R\$73.000.000.000,00 e hoje tem para gastar neste ano R\$106.000.000.000,00, quase 50% de aumento, mas não faz nada na saúde nem na educação, não faz rodovias, não acaba obras, não reforma escolas, não coloca medicamentos nos hospitais. Como aconteceu nesta semana na audiência pública, em que havia representantes de centenas de cidades cobrando esses R\$4.000.000.000,00 que o governo está pegando dos hospitais dos municípios, deixando os hospitais à míngua, fechando as portas, fechando leitos, como se mostrou claramente aqui. Há vários hospitais, inclusive de Belo Horizonte. Mas este é o governo. E quando falam de segurança, João, nas pesquisas que temos feito o primeiro item é segurança.

Vá a Jacuí, vá a todas regiões para ver se esse pessoal hoje dorme tranquilo. Qualquer barulho que ouvem já sabem que a cidade está sendo invadida pelos bandidos. Temos uma Polícia Militar por quem temos um respeito muito grande, mas ela não tem condições de fazer frente a esses bandidos, pois é uma minoria. Se eles reagirem, vão morrer. Então, é questão de ação de polícia, de entrar com peito, com raça, com força, com prioridade. E não é isso que tem acontecido em Minas Gerais.

Então, venho aqui, mais uma vez, cobrar segurança pública em Minas Gerais não só para minha querida Jacuí, mas para todas as cidades mineiras, principalmente para nossa região. Vejam o que aconteceu em Passos, uma cidade com mais de cem mil habitantes. Lá eles não fecharam o quartel da polícia, mas, sim, o batalhão. Não deixaram a polícia praticamente sair do batalhão. Quando saiu, ela bravamente reagiu, inclusive acertou alguns bandidos. Temos de cumprimentá-los, pois temos Polícia Militar e Civil boas na região, mas sem equipamentos adequados, sem número adequado. Diante disso, colocam as vidas deles em risco, e o povo mineiro continua sofrendo.

Então, o caso de Jacuí é muito emblemático, inclusive para mim que sou dessa cidade, onde fui prefeito por três vezes. Era uma cidade que nunca tinha problema nenhum, mas hoje está à mercê dos bandidos. Isso não é só com ela, mas aconteceu em Nova Resende, em Bom Jesus da Penha, em São Pedro da União, em Areado, em Cabo Verde. São ocorrências recentes. Em Conceição Aparecida foram muitas vezes. Sem contar as vezes em que sequestram os gerentes de banco e as famílias. Em Guaranésia, Conceição Aparecida, Carmo do Rio Claro aconteceu isso. Lá, em Alpinópolis, inclusive, morreu uma criança durante o momento das explosões.

Então, o caso é muito mais sério, no entanto o governo do Estado faz propaganda nas rádios como se fosse o Estado do diálogo, do equilíbrio e onde se trabalha e as coisas acontecem. Não está acontecendo não, pessoal! O que está acontecendo é um desgoverno. O povo está hoje à mercê desses bandidos. Assim, vemos isso com muita preocupação e pedimos ação.

Temos o Sicoob, da Cecremg e outros segmentos do crédito, mas só na Crediminas foram mais de 50, no ano passado e neste ano. Vejam a que ponto chegamos. Quando pegamos Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios, outros bancos privados, como Bradesco e Mercantil, como aconteceu em São Sebastião do Paraíso, os números são muito maiores. Nesta última cidade, a polícia reagiu. Atiraram na polícia. A sorte é que o tiro pegou no fuzil, caso contrário teria matado um policial, mas foi um policial bravo, que tentou reagir. Essa é a situação, sem contar os assaltos diários. Durante o dia, o sol queimando, o pessoal chega e manda bala para todos os lados, vai ao caixa e rouba, como aconteceu muito próximo, na cidade de Oliveira, em Morro dos Ferros. Para todos os lados isso virou uma rotina.

Então, não consigo entender um governo que fica ali no Palácio, na toca dele, no alto da montanha, um dos lugares mais bonitos de Belo Horizonte – não é, João? –, só olhando a natureza. Olha para um lado e vê a Serra da Piedade; olha para trás e vê a Serra do Curral; olha para frente e vê essa metrópole bonita, o Mineirão, a Pampulha, a Cidade Administrativa lá na frente, uma obra que facilitou a vida dos prefeitos, dos vereadores, das lideranças, mas que o governo Pimentel já abandonou, inclusive já abandonou o Palácio. Mas ele fica lá na dele, só olhando a região, que tem um clima maravilhoso, e o povo aqui embaixo sofrendo. O mesmo ocorrendo no interior: o povo sofrendo, passando medo.

Lá em Passos, por ocasião do estouro no Banco do Brasil, com a reação da polícia, foi uma praça de guerra. Esse prédio, João Leite, se não me engano, tem mais de 16 andares, são mais de 150 lojas acima do Banco do Brasil. São lojas, escritórios de advocacia, consultório dentário, consultório médico, enfim, de várias áreas. Até o 12º andar, passaram-me essa informação, caíram todos os gessos e todos os vidros estouraram. A Defesa Civil, os bombeiros foram lá e interditaram o prédio. Imagine o prejuízo desses comerciantes. Imagine o prejuízo do próprio Banco do Brasil. Não consigo entender por que em Piumhi foram na Caixa Econômica, tentaram entrar e não conseguiram. Saiu uma fumaça tóxica e não conseguiram.

Por que os outros bancos também não têm essa fumaça tóxica? Por que eles não se preparam para que esses bandidos não... Gente, depois de tanta inovação tecnológica neste país, será que não descobrem um modelo, um sistema ou um equipamento que inviabilize todas essas ações? Ora, para mim, há algum interesse. Se bobear, há interesse do próprio Banco do Brasil para que estourem esses bancos do interior. Eles não estão querendo que haja mais banco aberto, a não ser em cidades maiores, porque hoje a pessoa no celular faz toda a sua movimentação bancária. Só que muitas vezes esses bancos são a única porta aberta para as pessoas mais simples, principalmente os aposentados. A partir dali ele tem de ir para outra cidade, pagar táxi, pois às vezes tem dificuldade de locomoção. Quando chega a outra cidade, tem de gastar dinheiro com alimentação e já aproveita para fazer as compras do mês. Agora, na pequena cidade onde reside, como é o caso de Jacuí, começa a fechar o comércio. Por quê? Porque não há dinheiro na cidade. Como a pessoa tem de buscá-lo numa outra cidade, já aproveita para gastá-lo por lá mesmo. Então, o empobrecimento dessa cidade é muito grande.

O pior de tudo isso é que estoura um Banco do Brasil, uma Caixa Econômica Federal ou um correio... O correio de Jacuí já está estourado há mais de um ano. O correio é uma das entidades mais simpáticas da população e uma necessidade do cidadão. Hoje a maioria desses correios está estourada, a cidade fica desprotegida. Banco, da mesma forma. O Banco do Brasil estourou em Jacuí pela primeira vez há mais de um ano. Não está pronto até hoje, e já foram lá estourá-lo de novo. O Sicoob foi assaltado duas vezes praticamente em um ou dois meses e, no ano, umas quatro vezes. Isso está por todo lado.

Continuaremos batendo nisso e cobrando ação do governo do Estado. Onde há ação, o bandido foge. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e público que nos acompanha pela TV Assembleia. Gostaria, deputado Inácio Franco, presidente, de corroborar as palavras do colega deputado Antonio Carlos Arantes. Como presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, estamos acompanhando o avanço daquilo que a própria polícia denominou como novo cangaço. O novo cangaço, deputado Inácio Franco, não tem discriminado regiões do Estado, mas é óbvio que a atuação na Região Sul, na divisa com os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, tem sido mais intensa. Ontem mesmo a querida Jacuí, no Sul de Minas, cidade onde o colega deputado Antonio Carlos Arantes foi prefeito, amanheceu novamente sob bombardeio de explosões de caixas eletrônicos e de agência bancária. Isso está crescendo.

Deputado João Leite, já aprovamos um requerimento para tratarmos desse assunto. Só queria reforçar a fala e a preocupação do nosso colega Antonio Carlos Arantes. Realizaremos um debate maior no nível de Estado, porque, até então, os esforços anunciados pelo governo de Fernando Pimentel, do PT, não surtiram efeito algum. Por que não surtiram, deputado Inácio Franco? Por uma questão muito simples: o governo só os anunciou verbalmente. Na prática, deputado Bonifácio Mourão, não houve aumento de efetivo nem avanço da integração das forças policiais, porque não há efetivo nem estrutura logística, equipamentos e viaturas.

Presidente Inácio Franco, algema, pistola ponto 40, metralhadora 9mm e fuzil 556 não andam sozinhos, pois precisam do homem, do policial civil e militar para levarem a viatura.

Só que não temos nem um nem outro. Tenho dito, deputado Inácio, que segurança pública... Num passado não muito distante, à época do Newtão – Newton Cardoso –, Hélio Garcia, Eduardo Azeredo, falava-se em segurança pública da seguinte maneira: o governador anunciava, com pompa, que estava comprando 500 viaturas e as entregava na Praça da Liberdade. A segurança pública é muito mais complexa do que isso. Ela requer uma ação coordenada, uma ação integrada, na área de planejamento, de inteligência, uma ação conjunta no aspecto operacional e atuação nos campos da repressão qualificada e da prevenção social.

A atuação no campo da repressão qualificada, os cidadãos medianos entendem facilmente: é a polícia na rua, combatendo crime. Essa é que é a repressão: Polícias Civil e Militar. Quando se leva isso para o campo da prevenção social, aí temos de ter políticas públicas muito bem planejadas, muito bem, diria, orquestradas, um estudo muito bem feito, para que a gente identifique as áreas onde atuar, a faixa etária, a região e, aí sim, possa fazer a prevenção de drogas, atuando na educação de tempo integral, com várias ações e programas desenvolvidos, como aconteceu durante o último governo do Prof. Antonio Anastasia. Mas ali tínhamos um estadista, tínhamos alguém que conhece a fundo a administração pública. Então, falar em Fica Vivo para Anastasia, para ele que criou os programas no campo da prevenção social, fica fácil. Mas, e aquele que aí está? O que aí está, deputado Inácio, tenho dito aqui, constantemente, que não está fazendo, deputado Bonifácio Mourão, o feijão com arroz da segurança pública, mesmo ele tendo feito promessas, durante a campanha, e alardeado isso aos quatro cantos do Estado. Ele não conhece as ferramentas da segurança, não conhece o que é planejamento, o que é planejamento estratégico, o que é política pública, que deve ser construída com uma visão de política pública permanente de Estado, e não devaneio de governo, prof. Mourão. É isso.

Os mineiros erraram feio, colocaram na cadeira de governador uma pessoa completamente incompetente para gerir. Deputado Inácio Franco, o senhor tem noção de quantas vezes o chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais foi trocado em três anos? Só para vocês terem noção do que é isso: foram seis vezes.

Pergunto, deputado Inácio, como o cidadão se senta na cadeira de chefe de polícia e começa a planejar, a reunir o conselho superior, o chefe de departamento, os regionais, para tentar, Prof. Mourão, implantar uma metodologia de trabalho, um planejamento, mas, a longo prazo, com seis chefes de polícia? Por isso as coisas estão desse jeito.

O deputado Coronel Piccinini (em aparte)\* – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. O senhor me lembrou de Eduardo Azeredo, que tanto maltratou a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. Os nossos soldados ganhavam salário mínimo. O senhor sabe que muitos deles estavam morando em cabanas, cobertas de lona preta.



Ele agora está pagando isso. Esse governador Fernando Pimentel também vai pagar, porque nos enganou, nos encheu de promessas e não cumpriu nenhuma delas. O Fernando Pimentel é pior para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros do que foi o Eduardo Azeredo. O senhor falou da figura impoluta do senador Anastasia, que, sem dúvida alguma, é o mais respeitado do Brasil. Ficamos muito temerosos de que os elementos perniciosos do seu partido façam com que Anastasia seja seu protetor. O Prof. Anastasia merece todos os nossos encômios, mas ele tem de pensar muito nesse Eduardo Azeredo, nesse Alckmin, figura totalmente desprestigiada e que desprestigia também a nossa Polícia Militar em São Paulo.

Muito obrigado por este aparte, deputado. Nós devemos fazer uma oposição muito coesa para tirar Fernando Pimentel da próxima eleição. Se for candidato, devemos tirá-lo já no primeiro turno. Temos de nos unir contra esse governador que nos humilhou, que nos pisoteou. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues – Agradecemos o aparte do deputado Coronel Piccinini. Seja muito bem-vindo ao apoio ao mais competente e o único capaz de reconstruir esse estado, que é o nosso digníssimo Prof. Antonio Anastasia, pessoa que tem vida própria, é um homem sério, honrado. Nós sabemos perfeitamente que somente ele será capaz de reconstruir os cacos que o Fernando Pimentel do PT está deixando no nosso estado. Concedo aparte ao meu ilustre Prof. Bonifácio Mourão.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)\* – Deputado Sargento Rodrigues, V. Exa. está, como sempre, fazendo uma avaliação lógica, com bom senso e correção. Eu inicio meu aparte pelas palavras do colega deputado Coronel Piccinini, quando reconhece que o atual governo de Fernando Pimentel é um fracasso total, que decepcionou todos aqueles que até então o apoiavam. O próprio Coronel Piccinini o apoiava, de forma discreta, mas o apoiava, e agora mostrou toda a sua decepção com o governo. Assim como ele faz, outros deputados da base já estão fazendo, porque reconhecem o grande erro que cometeram, e muitos outros irão fazê-lo. Tenho a convicção, conforme V. Exa. acabou de registrar, de que o nosso grande e eminente senador – um dos maiores e mais respeitados senadores da República, com apenas três anos no Senado –, virá para consertar a situação em Minas Gerais, para recuperar o Estado de Minas Gerais, que foi deixado por ele e por nossos governos numa situação completamente diferente e melhor.

Deputado Sargento Rodrigues, V. Exa. disse com toda clareza que esse governo que aí está perdeu o rumo completamente, não tem a menor capacidade de gerenciamento. Tudo mostra, no Estado de Minas Gerais, como ele está perdido.

Mas, por que está perdido? Como bem sabe o deputado João Leite, sobretudo por causa da renúncia fiscal ao perdoar a dívida de determinadas pessoas e empresas e, ao mesmo tempo, gastar de forma desordenada com a contratação absurda principalmente para os cargos de confiança, conforme já foi demasiadamente exposto aqui.

Mas ele, o atual governador, que está com a renúncia fiscal declarada e gastos descontrolados, levou, por causa disso, o Estado de Minas Gerais à completa bancarrota. Só na área da saúde, deputado Sargento Rodrigues, como V. Exa. já pontuou algumas vezes, deve aos municípios de Minas R\$3.720.000.000,00, e só ao Município de Governador Valadares deve R\$72.000.000,00. Isso sem falar na falta de repasse de ICMS e IPVA e tantas outras questões que se podem alegar contra esse atual governo. O governo está completamente perdido. A única correção, V. Exa. já o disse – e agora também somando ao que disse o Coronel Piccinini –, virá em outubro, e com certeza vamos fazer essa correção para que, a partir do ano que vem, possamos viver melhores dias em Minas Gerais. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues – Agradeço ao ilustre deputado Bonifácio Mourão.

Falando rapidamente, antes que se esgote meu tempo, depois de todas essas mazelas, deputado Inácio Franco, estamos recebendo em nossos gabinetes, pela internet, como o senhor deve ter recebido, essas matérias sobre a farra dos fóruns regionais. Não têm cabimento a audácia, a ousadia, o mau uso do dinheiro. É muita covardia com o cidadão. Está aqui: mais fóruns regionais. É a farra com o dinheiro público. E eles estão achando que estão por cima da carne seca. Enquanto está faltando merenda, deputados João Leite e Arlen Santiago, eles estão com outro programa, fazendo a farra dos fóruns regionais. Isso, para fazer qual diagnóstico? Qual



política pública vão executar com as informações desses fóruns? Ora, ninguém nasceu ontem, Prof. Mourão: o que estão fazendo é campanha disfarçada.

Segundo uma pesquisa que nos foi revelada por um colega da base do governo, esse moço que está sentado na cadeira de governador, deputado Inácio Franco, tem 63% de rejeição. Então, ele está caçando o quê? A única coisa que resta para Fernando Pimentel, do PT, é uma bela condenação, pelo STJ, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro e por ser chefe de organização criminosa. Já estou encerrando, presidente.

Ontem, deputado João Leite, durante audiência pública para tratar da bandalheira que virou o sistema prisional – o Dr. Wagner Cavalieri, juiz da Vara de Execuções de Contagem, está pedindo socorro –, eu disse aos promotores, aos defensores públicos e à juíza que, se Fernando Pimentel, do PT, conseguir ganhar a eleição e ficar mais quatro anos, vai atrasar o duodécimo da Assembleia, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e do Judiciário. Os senhores e as senhoras servidores do Poder Legislativo prestem bem atenção ao que estou falando: se Fernando Pimentel for reconduzido, ele vai acabar de destruir as únicas coisas de que o Estado de Minas Gerais ainda dispõe, que são os próprios servidores públicos, que estão resistindo bravamente para tentar levar um pouquinho de serviço público aos cidadãos.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite\* – Sr. Presidente, deputado Inácio Franco, antes de iniciar a minha fala, quero, com muito prazer, conceder um aparte ao nobre deputado Arlen Santiago. Por favor, deputado.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)\* – Obrigado, deputado João Leite. Nós queremos aqui dizer que ontem houve uma audiência, na Comissão de Saúde, com vários diretores e funcionários de hospitais de Minas Gerais, porque realmente a crise humanitária que está aqui, a quantidade de pessoas que o governador Pimentel tem feito passar necessidades, com falta de cirurgias, falta de CTIs, falta de materiais nos hospitais, é uma crueldade com o povo de Minas Gerais. Em todos os hospitais!

Ontem estive aqui o pessoal da Santa Casa, o Saulo Coelho, mostrando a dívida de R\$33.000.000,00 que o governador Pimentel tem com a Santa Casa; e há a dívida de R\$20.000.000,00, que o Paulo Araújo apresentou, com o Hospital Luxemburgo, que estive fechado no mês passado. Vários hospitais com uma dívida impagável. O Maurício, da Santa Casa... Todos os hospitais de Minas Gerais têm uma dívida de quase R\$1.000.000.000,00 para receber do governo Pimentel. Simplesmente ele não cumpre, não paga, e o povo é que sofre.

Ontem havia aqui o pessoal do Sofia Feldman, que está com os salários dos funcionários atrasados. A maior maternidade do Brasil, acabando. É assim que Pimentel trata o povo de Minas Gerais. É com o sacrifício do povo. Sacrificando o povo em prol de que as pessoas que têm cargos de confiança possam receber salários, como o do secretário de Planejamento, de R\$69.500,00.

Deputado João Leite, amanhã estaremos com o Daniel de Carvalho, do Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas; com vários hospitais; e com a Dra. Kátia Rocha, da Federassantas, para que haja alguma atitude mais dura. E, na semana que vem, estaremos também com a juíza federal que está com uma ação ajuizada pela Dra. Kátia Rocha, da Federassantas, para que consigamos uma tutela antecipada e esses recursos sejam bloqueados; e o Pimentel pare de tratar mal a população de Minas Gerais.

Além disso, como está havendo atraso no IPSM e também no Ipsemg, a maioria dos hospitais não está atendendo mais os policiais e os funcionários públicos, não porque não queiram atender, mas porque não conseguem mais comprar material e pagar os salários das pessoas.

Então, deputado João Leite, é isso que o governador tem feito com a população mais carente da nossa Minas Gerais. Muito obrigado, deputado João Leite.

O presidente (deputado Bonifácio Mourão) – Só um minuto, deputado João Leite.

O deputado João Leite\* – Pois não.

O presidente – Deputado Arlen Santiago, V. Exa., como membro da Mesa, tem prioridade para assumir a presidência.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)\* – Mas eu sei que, com certeza, a Mesa está muito bem com um decano, a pessoa que fez parte da Constituinte mineira, um deputado de peso e medida. Apesar do pouco peso...

O presidente – De peso, não.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)\* – Mas tem o peso moral para administrar os trabalhos da Assembleia Legislativa, principalmente num momento tão dramático de Minas Gerais, em que o governo Pimentel acabou com tudo, rapou o tacho e sacrificou os funcionários da Unimontes, os funcionários públicos, as professoras, os policiais e, principalmente, a população mais carente.

Agora mesmo, no afã do governo Pimentel de arrecadar, ele está colocando pedágio na BR-135, para Montes Claros. E está esburacando a estrada inteira, porque o Dnit a mantinha sem buraco.

E agora, além dos buracos nas estradas estaduais que estão levando à morte, também nada foi feito em nossa BR-153, e a nossa Unimontes está acabada, porque o Pimentel não cumpre acordos. Então, é um prazer vê-lo aí na presidência da Assembleia Legislativa.

O presidente – Obrigado, deputado Arlen Santiago. Esse tempo será descontado para V. Exa., ilustre orador, deputado João Leite.

O deputado João Leite\* – Obrigado. Parabéns, deputado Arlen Santiago.

Antes e ontem, deputado Arlen Santiago, fiquei ao telefone o tempo todo recebendo ligação de um grande amigo, César Klem, pedindo UTI para um bebê que estava morrendo em Luisburgo. Mas não existe vaga em Minas Gerais. A verdade é que, com o PT, estamos vendo vidas indo embora, famílias enlutadas. É um escândalo a saúde de Minas Gerais, ou a falta dela.

Ontem queria participar da audiência. Estava com o deputado Sargento Rodrigues acompanhando o caos nas penitenciárias. Estava aqui a juíza de Igarapé, Dra. Bárbara, que cuida de 5 mil presos. Queria ir lá acompanhar a audiência da saúde, porque sei que é outro desastre, e os municípios não receberam o repasse do IPVA até hoje.

Gostaria de parabenizá-lo, mas devo ouvir o deputado Sargento Rodrigues, que vai tratar ainda dessa campanha extemporânea, não é? Eles estão na estrada com dinheiro público, dinheiro que deveria ser usado para salvar bebês, dinheiro dos hospitais. Eles estão na estrada fazendo um tal de fórum regional. Ora, as comissões da Assembleia Legislativa não podem viajar mais, mas o fórum regional do PT continua. Será que eles vão levar o dinheiro que estão devendo aos municípios e aos hospitais?

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Muito bem lembrado, deputado João Leite, quando V. Exa. fala que eles estão levando. A assessora me enviou esses documentos pelo WhatsApp, e pedi à assessoria que fizesse a impressão deles e descesse até aqui imediatamente, para que eu pudesse dar publicidade a eles.

Prof. Mourão, enquanto falta merenda escolar, fazemos postagem de um trabalho, de um pronunciamento, de um requerimento, de uma audiência pública, e os internautas vão lá postando, cobrando isso e aquilo. Agora, nesse final de semana, fiz uma postagem, e o cidadão escreveu: “Deputado, pelo amor de Deus, a escola estadual tal não tem merenda escolar, os pais estão fazendo vaquinha”.

Acabamos de receber isso aqui nos gabinetes – V. Exa. também está recebendo: reunião do Colegiado Executivo dos Fóruns Regionais de Governo, Território Médio e Baixo Jequitinhonha, amanhã, dia 26 de abril. No dia 3 de maio, Território Metropolitano. Aqui segue uma relação: Região Central, Curvelo, Além-Paraíba, Uberaba, Divinópolis, Passos, Paracatu, Governador Valadares, no dia 19 de junho; e Manhuaçu, dia 26 de junho.

Deputado João Leite, o que nos entristece é saber que o governador está pouco se lixando com a merenda escolar que está faltando para as crianças. Escola pública, Mourão. Falo isso porque estudei em escola pública e sei o que é uma merenda escolar, quando uma criança mais humilde depende dela. E eles vão fazer fóruns regionais. O que são esses fóruns? É uma farra com o

dinheiro público, deputado João Leite. É uma farra, Prof. Mourão. Sabe como? Vão secretários de Estado, secretário adjunto, gerentes, diretores de secretarias. São inúmeras pessoas, dezenas de carros. Vai avião, helicóptero, até chefes de polícia estão participando dos Territórios Regionais.

Para que fazer diagnóstico a essa altura do campeonato? Para que vai servir diagnóstico, se faltam seis meses para o governo findar? Graças a Deus que está terminando, deputado João Leite, porque o povo não aguenta mais tanto dinheiro público ser jogado na lata de lixo. Enquanto V. Exa. disse aqui, o deputado Arlen Santiago também repetiu várias vezes: falta dinheiro para a saúde, para a educação, para a segurança pública. Viaturas estão caindo aos pedaços, coletes e munições vencidos, e faltam efetivos. O sistema prisional todo avacalhado.

Ele demitiu 3 mil agentes penitenciários contratados. O juiz Wagner Cavalieri, hoje cedo, na Rádio Itatiaia, disse: “Pelo amor de Deus, contrate novamente, porque a Nelson Hungria não para de ter fuga”. Quem sofre a consequência? É Fernando Pimentel, que mora no Palácio das Mangabeiras e que só anda de helicóptero do Mangabeiras à Cidade Administrativa – isso quando ele vai lá –, torrando o dinheiro público? Ou é o cidadão que está próximo ao Ceresp Gameleira, que está no entorno? Quem sofre é o cidadão, é exatamente aquele que paga imposto todos os dias.

Esse é o governo a que estamos assistindo. Eles jogaram a toalha nas políticas públicas, mas a farra com o dinheiro público continua. Não é à toa que o jornal *O Tempo* trouxe uma matéria em que ele anunciava a compra de vinho chileno e argentino para abastecer as despensas dos palácios, de carne de Angus, de salmão, de lagosta e de camarão GGG – não são aqueles pituzinhos. Esse é o governo de Fernando Pimentel, é a esquerdopata caviar. Enquanto crianças estão passando fome, sem saúde e sem merenda escolar, Pimentel, a petezada e seus correligionários estão na farra dos fóruns regionais.

Parabéns, deputado João Leite. Perdoe-me se me prolonguei em minha fala.

O deputado João Leite\* – Não se prolongou, foi muito importante a sua manifestação.

Algo que fico imaginando, deputado Sargento Rodrigues, é que eles sairão nessa caravana – eles adoram uma caravana. Lula andou por este estado fazendo caravana, mas, depois de 13 anos de governo, não fizeram absolutamente nada em Minas Gerais. Foram 13 anos; uma farsa!

Fico imaginando, deputado Sargento Rodrigues, que vamos precisar de helicóptero para o deslocamento dos petistas para o fórum regional, vamos precisar de aviões, vamos precisar de vans, e eles vão pela estrada. Mas não tinha necessidade disso. Deixe eu dizer do que o povo de Minas Gerais está precisando. A primeira coisa é que os bancos dos caixas eletrônicos das agências dos Correios no interior de Minas Gerais estão indo pelos ares. A população de Minas Gerais precisa de segurança pública, não é preciso ir ao fórum regional gastar essa montanha de dinheiro.

A segunda coisa de que Minas está precisando: a saúde; os hospitais estão fechando. O deputado Arlen Santiago acabou de dizer: a dívida com a Santa Casa de Belo Horizonte é monumental. Mas eles vão lá gastar dinheiro com helicóptero para ir ao interior e ouvir que o hospital de Caratinga está fechando; que o hospital das outras cidades está fechando; que em Teófilo Otôni, de Neilando Pimenta, a saúde está sofrendo. Eles vão viajar, vão de helicóptero para o Médio Jequitinhonha ouvir o que sabemos. Pergunte ao Neilando, ele está aqui e vai dizer o que está acontecendo lá.

O deputado Sargento Rodrigues já disse: não tem alimentação escolar, falta alimento para as crianças que estão nos bancos das 4 mil escolas estaduais de Minas Gerais. Não há alimentação para as crianças! É um escândalo o governo do PT. Vou dizer outra coisa que eles vão ouvir no interior. Se bem que estarão lá aqueles contratados, os puxadinhos do PT, aquelas entidades regamente financiadas, que recebem o dinheiro, aquela claque da mortadela para bater palmas. Mas digo a eles o que eles vão saber no interior: as penitenciárias estão explodindo, os centros socioeducativos, onde estão os adolescentes em conflito com a lei, estão explodindo.

Sr. Governador, deixe eu dizer ao senhor, o senhor mandou embora 3 mil agentes penitenciários e não colocou nenhum no lugar. Agora, em junho, o senhor quer mandar mais 5 mil embora.

Ontem, quando nós recebemos aqui os agentes penitenciários, a juíza de Execuções Criminais de Igarapé, onde há 5 mil presos, os promotores, a Defensoria Pública, relataram para nós que existem 400 agentes penitenciários para 5 mil presos. É risco para quem? Para a população. É por isso que a Nelson Hungria, histórica em ausência de fugas com o Danuzio à frente, hoje é uma peneira. Na Nelson Hungria estão os presos do PCC, os presos da Polícia Federal. E o governo vai lá no Médio Jequitinhonha para saber o que está acontecendo em Minas Gerais. Nós já sabemos, nós já temos o diagnóstico. Governador, seu governo é péssimo. Outra coisa que o senhor ficará sabendo lá – está consolidado no Norte de Minas e no Jequitinhonha – é que o senhor tem 70% de rejeição. Essa é a pesquisa. Governador Pimentel, o senhor tem 70% de rejeição da população do Norte de Minas, onde o senhor venceu, e do Jequitinhonha. Setenta por cento de rejeição. Está consolidado. Sabe o que vai acontecer agora? Vai para 75%, 80%, 90% de rejeição. O senhor está gastando os últimos recursos deste estado quebrado pelo governo do PT. Vocês quebraram o Estado de Minas Gerais, e continuam gastando o pouco dinheiro. E, na saída de vocês, querem vender a mina fantástica, a mina mágica, aquela montanha mágica de nióbio em Araxá. O único dinheiro. E outro dia compraram 33% de uma empresa de lítio. Nem se compara com o nióbio.

O governo do PT é um escândalo. O que eles fizeram no Brasil, pioraram em Minas Gerais. Eles detestam fazer gestão, não existe gestão. É por isso que falta armamento, falta colete a prova de balas na polícia, falta conserto dos equipamentos e das viaturas, falta tudo em Minas Gerais, não tem dinheiro para os hospitais, não tem dinheiro para as penitenciárias. E, agora, eles fazem a conta. Eles se esquecem de outra conta. Alguns deputados aqui ajudam o governo do PT a fazer conta. Preste atenção, deputado, estou falando para você agora. Tem deputado aqui que é bom de conta e faz conta. Nas suas contas vão 5 mil agentes penitenciários embora. Quero ver quem vai segurar esses criminosos na cadeia. Não fez essa conta, não é, deputado? Vão mandar 5 mil agentes penitenciários embora. Quero saber quem vai tomar conta dos presos que estão lá.

Portanto, senhor governador, os números que o senhor vai ter no interior são estes: 70% consolidados de rejeição a este governo que traiu os mineiros.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão\* – Sr. Presidente, deputado João Leite, senhoras e senhores deputados. Queremos começar nosso pronunciamento saudando o ilustre desembargador Nelson Missias pela sua eleição ao elevado cargo de presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Eu o faço com muito prazer, testemunha que sou do início da sua carreira em comarcas do Vale do Rio Doce, Açucena, Mantena e Governador Valadares, quando eu era prefeito daquela cidade. Então, eu o conheço bem e sei que o Tribunal de Justiça está muito bem servido com sua excelência, que deverá assumir a presidência em curto espaço de tempo.

Mais duas coisas também me trazem a esta tribuna, deputado Sargento Rodrigues. A primeira, para falar sobre educação; a segunda, para falar sobre saúde.

Sobre educação, falei o nome do deputado Sargento Rodrigues aqui porque ele levantou uma questão extremamente interessante na Comissão de Justiça, da qual sou membro efetivo. Essa questão diz respeito não só à Constituição mineira, no seu art. 13, § 2º, como também ao Regimento Interno. Estamos assistindo a todo momento a um atropelo do Regimento Interno e da Constituição Mineira, quando projetos que têm preferência são passados para trás e outros colocados à frente, de forma desordenada e inexplicável.

Hoje vimos sendo colocada na Comissão de Justiça a PEC que estabelece o cumprimento do piso nacional para a educação e para colocar a Constituição Mineira em nível constitucional. Ora, já temos leis regulando a questão, mas nós, deputados da oposição, e quase todos assinamos a PEC porque achamos o objeto mais do que justo. Agora, o que não se justifica é atropelar a Constituição Mineira e o Regimento Interno porque o motivo é nobre. Isso não se justifica, senão podemos começar a atropelar a Constituição Federal e a Constituição Mineira porque o motivo é nobre. Na verdade, o motivo, a causa é nobre, mas estamos aqui para respeitar as nossas Constituições.

Perguntaria daqui, e o farei na CCJ, se o presidente da comissão, deputado Leonídio Bouças, está subordinado às leis maiores ou a determinado deputado aqui da Assembleia. Isso é que temos de verificar cada vez mais de perto. Além disso, nós que assinamos a PEC temos o direito de questionar se mais uma lei, se o fato de colocar na lei máxima de Minas Gerais, que é a Constituição Mineira, vai resolver o problema do pagamento do piso nacional, principalmente pelo atual governo. Ele, na sua campanha, várias vezes garantiu pagar o piso nacional. Garantiu, não pagou e não paga. Não só não paga o piso nacional aos servidores da educação como também está atrasando, escalonando os pagamentos, conforme já foi muito bem esclarecido aqui. Agora, em razão disso e para que o professorado, o servidor da educação de modo geral seja efetivamente atendido, nós da oposição ofereceremos uma emenda para garantir o pagamento neste governo. Que emenda vamos oferecer? Vamos colocar nas Disposições Transitórias, deputado Sargento Rodrigues, da Constituição de Minas Gerais, acrescentaremos uma emenda a essa PEC para que este governo cumpra o piso nacional da educação. Não é só colocar na Constituição. Os servidores da educação podem ficar enganados imaginando que se colocou na Constituição e então o governo vai pagar. Não vai pagar porque está na Constituição. Ele não está cumprindo a Constituição em vários outros dispositivos. Há legislação vigente que manda que se pague o piso nacional, mas ele não paga. Então, o fato de colocar na Constituição Mineira significa que ele vai pagar? Não significa. Agora, a emenda que vamos colocar nas Disposições Transitórias, na PEC, para ir para as Disposições Transitórias, que é o lugar próprio, essa, sim, vai condicionar o pagamento até 31 de dezembro deste ano. O ideal é ser retroativo a 2015, pois prometeu pagar o piso nacional a partir do início daquele ano, mas não pagou até hoje.

Então, nosso registro para a educação em primeiro lugar é esse. A oposição, na sua imensa maioria, se coloca favorável à PEC, assinou-a, mas é preciso uma forma de garantir a todos os servidores da educação que vão receber o piso nacional da educação a partir deste governo atual. Vamos oferecer uma emenda para dar essa garantia.

Com referência à saúde, que falei que abordaria neste pronunciamento, participamos ontem de uma reunião da Comissão de Saúde, da qual somos membros efetivos, quando se tratou especificamente do atraso desse governo com os hospitais filantrópicos de Minas Gerais, muitos deles localizados em Belo Horizonte, outros no interior de Minas. O atraso é verdadeiramente absurdo não só na área dos hospitais filantrópicos, mas também com os hospitais públicos de modo geral. Só com o hospital público de Governador Valadares, que é municipal e serve toda a região, de aproximadamente 81 municípios, o Estado está atrasado com R\$72.000.000,00.

Os restos a pagar são uma questão que tem sido muito abordada na Comissão de Saúde, especificamente pelo deputado Antônio Jorge, ex-secretário de Saúde no governo Antonio Anastasia. Ouvimos, na reunião de ontem, do presidente do Cosems uma comprovação de que, em 2009, os restos a pagar, deputado João Leite e ilustre presidente, eram em torno de R\$300.000.000,00 na área da saúde. Em 2017, os restos a pagar são R\$3.500.000.000,00. Vejam a diferença. Isso foi dito pelo Cosems ontem na reunião. Em 2009, R\$300.000.000,00 de restos a pagar. Já em 2010, o governo vigente de Antonio Anastasia pagou 95% dos restos a pagar. Agora, em 2018, o atual governo, que deixou R\$3.500.000.000,00 de restos a pagar, não pagou sequer 30%, ou seja, não pagou praticamente nada. Os restos a pagar já vão subindo cada vez mais, de forma afrontosa à LRF, à Constituição Federal, à Constituição Mineira e à legislação de modo geral. Qual é a consequência? A consequência é que os mineiros, principalmente os mais humildes e mais pobres, estão vivendo à míngua total de recursos para a saúde, não têm assistência. Muitos estão humilhados nas filas de hospitais, dos programas de saúde da família, dos postos de saúde, das UBS, ou seja, enfileirados esperando um dia ser atendidos. Mas boa parte não é atendida ou morre por falta de atendimento. Essa é a consequência de um governo completamente sem rumo, um governo conforme os dois oradores que me antecederam aqui – deputados Sargento Rodrigues e João Leite – disseram, com muita clareza, assim como o deputado Arlen Santiago: esse governo não tem compromisso algum com o povo de Minas Gerais nem com o que disse em campanha. Estamos falando aqui de educação e de saúde; e, de segurança, falou o deputado Sargento Rodrigues. Esses são os eixos principais de uma administração.

Não é preciso falar mais nada. Se formos falar sobre obra, onde existe obra na área de infraestrutura desse governo? Se formos falar sobre pagamento em dia de servidores, onde está esse pagamento? Parcelar, atrasar? Se formos falar sobre controle das finanças do Estado, onde está esse controle se há dívida por todos os lados? O que se quer é vender cada vez mais o patrimônio de Minas Gerais, conforme assinalou o deputado João Leite, vendendo a joia da coroa, que seria o nióbio; dividindo a Codemig em Codemig-Codemg, o que ocasionou uma censura forte e uma proibição do Tribunal de Contas do andamento desse processo na Assembleia Legislativa, de tanto que atropelou o processo e desobedeceu tanto a Constituição Mineira quanto o Regimento Interno no procedimento. A começar o atropelo da LRF, que não permite a ninguém nem a União, o Estado e o município utilizar renda de capital para fazer despesa pública. Art. 44 da LRF... O deputado Sargento Rodrigues está com a memória boa. Está atropelando a partir desse artigo, isto é, vendendo o patrimônio de Minas Gerais para despesa pública.

E vem com a alegação – isso que não tem sentido e revolta todas as pessoas de bom senso – de que deseja apurar esse dinheiro da Codemig, para repassar aos municípios, para socorrer a saúde, para colocar em dia o pagamento dos servidores, sendo que esse governo possui assessoria e tem de saber que isso não é permitido. Ele sabe que não é permitido e quer jogar a culpa, a responsabilidade, em cima dos deputados da Assembleia. Como pode o governo dar um exemplo desse para nós? E levar todos nós a votar uma aberração jurídica dessa natureza?

Então, estou aqui, presidente deputado João Leite, para também somar a todos os deputados que já passaram por esta tribuna, com um protesto veemente de indignação pelo que o atual governo está fazendo com o nosso querido Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.



## **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

### **ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 2/5/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Adão Pedro Batista Jesus Aguiar, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Guedes;

exonerando Ana Paula Souza Periquito, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fabiano Tolentino;

exonerando Arthur Henrique Fernandes de Souza, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar;

exonerando Carmina Durães Fonseca Neta, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

exonerando Edinete Becker Holz de Lima, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;

exonerando Janaína de Aquino Soares Fullin, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Avelar Oliveira;

exonerando Ludimila Antunes Campos, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Guedes;

exonerando Luiz Antônio Freitas, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

exonerando Rosemary Aparecida Silva Caldeira, padrão VL-13, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;



exonerando Santo Alves da Silva, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando Wellington de Sena Souza, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Ouvidor;

nomeando Adão Pedro Batista Jesus Aguiar, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Alírio Severo Nogueira Júnior, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar;

nomeando Allan Duarte Milagres Lopes, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Ouvidor;

nomeando Alysson Januario Hudson, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;

nomeando Anna Angelica dos Reis Soares, padrão VL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Jean Freire;

nomeando Consuelo Edwirges Ivo, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;

nomeando Elisabeth Pereira Sousa, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Janaina de Jesus Monção Carvalho, padrão VL-13, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

nomeando José Eugênio da Silva, padrão VL-11, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

nomeando Lidiane Aguiar Brandão Oliveira, padrão VL-32, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marília Campos;

nomeando Luna Morais Lanzini Pontoni, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Guedes;

nomeando Sônia Elena Prudente da Silva, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

nomeando Tiago Lemes da Silva, padrão VL-25, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Avelar Oliveira.

#### TERMO DE CONVÊNIO Nº 5/2018

Primeira conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda conveniente: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Objeto: cooperação na realização de estágio não obrigatório, com vistas a propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem de estudantes de nível superior. Vigência: cinco anos contados a partir da data de assinatura. Dotação orçamentária: 3390.36.



#### ERRATAS

#### PROJETO DE LEI Nº 5.141/2018

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 28/4/2018, na pág. 24, no despacho, onde se lê:

“– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, inciso I, do Regimento Interno.”, leia-se:

“– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Meio Ambiente, para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.”.

#### ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 2/5/2018

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 28/4/2018, na pág. 29, no título, onde se lê:

“10ª”, leia-se:

“9ª”.